

**BANCO COMERCIAL DOS AÇORES, S.A.**

Sociedade com o Capital Aberto ao Investimento Público

Sede Social: Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro, Edifício BCA, Ponta Delgada

Capital social: 51.892.365 Euros

Pessoa Colectiva n.º 512004528

Matriculado na C.R.C. de Ponta Delgada sob o n.º 1804

## **RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS**

**1º Semestre de 2003**

(Publicação referente à actividade desenvolvida durante o primeiro semestre de 2003 efectuada nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários e no artigo 7º do Regulamento n.º11/2000 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários)

## (ÍNDICE)

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO
  2. SÍNTESE DE INDICADORES DO BANCO
  3. ACTIVIDADE DO BANCO NO 1º SEMESTRE
    - 3.1 Linhas gerais de acção
    - 3.2 Actividade Comercial e de Marketing
      - 3.2.1 Direcção Comercial
      - 3.2.2 Produtos e Serviços
    - 3.3 Banca Remota e Internet
    - 3.4 Actividade das Áreas Centrais e Operativas
    - 3.5 Riscos da Actividade
    - 3.6 Recursos Materiais
    - 3.7 Recursos Humanos
  4. ANÁLISE AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
  5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
    - 5.1 Balanço e Demonstração de Resultados
    - 5.2 Inventário de Títulos e de Participações Financeiras
    - 5.3 Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas
    - 5.4 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
    - 5.5 Demonstração de Fluxos de Caixa
    - 5.6 Demonstração de Resultados por Funções
- § ANEXO
- 1 - Outras Informações
- § Relatório de Auditoria

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### 1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O clima de incertezas verificado em 2002, manteve-se no decurso do 1º Semestre de 2003, agravado pelo conflito no Iraque. Na maior economia do Mundo, os EUA, e apesar das taxas de juro se situarem aos níveis mais baixos dos últimos 40 anos, o investimento privado caiu, a reflectir as cautelas das empresas quanto aos seus planos de expansão. Apesar de alguma recuperação de indicadores de confiança, verificada no 2º trimestre, o clima de abrandamento económico é ainda visível, adiando a probabilidade da retoma mais para o final do ano e ao longo de 2004.

Também a economia japonesa mantém um comportamento errático apesar de as previsões de crescimento para 2003 apontarem para 0,8%, para melhorar em 2004, na dependência do ritmo de estabilização e crescimento do seu principal parceiro económico, justamente os Estados Unidos.

Na Europa, os sinais de abrandamento económico persistem, com a Zona Euro a registar um crescimento do PIB de apenas 0,1% no 1º trimestre de 2003, ao que há que juntar o agravamento da taxa de desemprego, bem como a dificuldade em cumprir o défice determinado pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento por parte das duas principais economias – a França e a Alemanha.

A economia portuguesa manteve fracos níveis de desempenho. A crise de confiança de consumidores e investidores, a política orçamental restritiva e a crónica falta de produtividade mantiveram o país numa situação de recessão, com as previsões a apontar para uma quebra de 0,3% do PIB em 2003.

No plano regional, a economia dos Açores manteve-se crescentemente alicerçada nos sectores dos Serviços e do Turismo, com este último a captar visíveis intenções de investimento que permitem antever que, ao longo do próximo ano, se atinjam as 8.100 camas contra as actuais 6.000. Este percurso é importante para a obtenção da massa crítica mínima que permita um bom posicionamento da Região nos principais mercados alvo, mas não dispensa um grande esforço de enriquecimento de outros equipamentos complementares bem como de ajustadas medidas de planeamento, acessibilidades e promoção.

Nota final breve para o comportamento dos mercados cambiais e bolsistas: em termos cambiais, a valorização do Euro face ao Dólar manteve-se na continuação da tendência iniciada em 2002. Quanto aos mercados accionistas, os seus principais índices parecem indicar que a recuperação da economia norte-americana será mais rápida do que a da Zona Euro. Nos primeiros seis meses, o Dow Jones subiu 7,7% enquanto que o principal índice tecnológico, o Nasdaq, se valorizou 21,5%. Isto, enquanto que o principal índice europeu de referência, o EuroStoxx50, registou uma

subida de 1,4%. O PSI20, em Portugal, teve uma variação quase nula, 0,3%, reflectindo, seguramente, a situação económica do país.

## 2. SÍNTESE DE INDICADORES DO BANCO

(Milhares de Euros)	1º Semestre 2002	1º Semestre 2003
Activo Líquido	2.337.691	1.150.954
Crédito Total (líquido de Provisões)	739.502	895.288
Depósitos Totais	762.611	832.358
Capitais Próprios	77.929	82.557
Cash Flow	9.147	8.636
Resultados	3.728	3.415
Nº Empregados	447	443
Pontos de Venda	50	52
Rácio de Solvabilidade	8%	11,2%
Crédito Vencido / Crédito Total	1,8%	1,8%
Provisões para Crédito / Crédito Vencido	139,2%	109,5%
ROA	0,3%	0,6%
ROE	10%	9,3%

### **3. ACTIVIDADE DO BANCO NO 1º SEMESTRE**

#### **3.1 Linhas Gerais de Acção**

A estratégia de negócio do Banco manteve os seus vectores fundamentais no decurso do 1º Semestre de 2003: crescimento orgânico sustentado e equilibrado, orientação para o cliente, aprofundamento da abordagem segmentada do mercado, desenvolvimento da distribuição multiproducto e multicanal, e implementação de novas políticas de *cross-selling* como resultante directa e estratégica da integração comercial do Banco no Grupo Banif.

Estas políticas visam dar melhores argumentos à relação do Banco com os seus clientes, também porque o esforço de enriquecimento da oferta é complementado pela melhoria dos índices de qualidade de serviço, seja através de investimentos em novas soluções tecnológicas, seja com o investimento que, sistematicamente, é realizado na modernização e conveniência das instalações das várias redes do Banco. Neste particular, o corrente ano será caracterizado por intenso programa de intervenções como à frente se dará nota.

O exercício de 2003 será igualmente atravessado pelo lançamento de vários projectos estruturais, já iniciados no decurso do 1º semestre, e que terão impactos muito significativos na organização geral da Instituição bem como na sua performance a médio prazo. Destes, merecem, desde já, destaque três projectos, pela sua valência grupal e implicações futuras: (a) o projecto para substituição da plataforma de balcões que, para além da modernização inerente, virá permitir a generalização do atendimento de clientes em qualquer ponto de venda dos bancos comerciais do Grupo; (b) o projecto visando o diagnóstico e futuro alinhamento do Banco com as novas recomendações de Basileia ao nível dos riscos da actividade e (c) o projecto para adopção e utilização das normas Internacionais de Contabilidade.

O Banco tem mantido o esforço reestruturador, considerado estratégico dado o contexto concorrencial e de pressão sobre as margens do negócio e, depois de uma fase inicial de trabalho interno, evoluiu-se no sentido da concentração grupal de serviços visando novas e maiores economias de escala.

Num período de arrefecimento económico evidente, o comportamento geral da carteira de crédito tem sido estável face aos registos mais recentes, dada a incisiva actuação nas operações com sinais de alerta ou com sinistro. Daí resulta que os indicadores de performance a este nível, no fecho do Semestre, se mantenham muito satisfatórios.

Ocorreu durante o 1º Semestre a 5ª e última fase de reprivatização do Banco Comercial dos Açores, realizada através de uma OPV sobre 1.556.782 acções

representativas de 15% do capital ainda detidas pela Região. Em 9 de Abril ocorreu a sessão especial de Bolsa, tendo sido integralmente colocadas as acções objecto de Oferta Pública de Venda.

Nota final de destaque para o processo que opõe o Banco Comercial dos Açores à decisão da Comissão Europeia, de 11 de Dezembro de 2002, relativa a Auxílios de Estado, que está a correr os seus termos, não havendo, por isso, decisão definitiva, mas que, por razões prudenciais, levou o Banco a acomodar o efeito da possível alteração das taxas de Imposto sobre o Rendimento que resultariam daquela decisão, constituindo uma provisão que, no fecho do 1º Semestre de 2003, ascendia a 585 mil euros.

Esta decisão prudencial teve, naturalmente, impacto no Resultado Líquido do Banco que, no fecho do Semestre, foi de 3.415 milhares de euros, menos 312 mil euros do que no período homólogo do ano anterior.

## **3.2 Actividade Comercial e de Marketing**

### **3.2.1 Direcção Comercial**

A Direcção Comercial aglutina toda a acção comercial do Banco, através das várias redes de distribuição clássica: Particulares, Empresas, Particulares de Alto Rendimento, Institucionais e Canais Agenciados, esta última vocacionada, numa fase inicial, para o negócio originado em promotores externos ao Banco, no domínio do Crédito Imobiliário, e cujo âmbito foi alargado, já no decurso do 1º Semestre de 2003, ao Crédito ao Consumo com origem em pontos de venda igualmente externos ao Banco.

No decurso do Semestre findo em 30 de Junho, consolidou-se as funções e a actividade do núcleo de marketing operacional da rede da Direcção Comercial, ao qual compete a detecção de novas oportunidades de negócio sobre a base de Clientes do Banco e a montagem de campanhas específicas, sistemáticas e contínuas. Este núcleo foi responsável pela organização de 13 campanhas durante o 1º Semestre, ou seja, uma média de uma nova campanha por quinzena, com resultados francamente animadores, a demonstrar o acerto da opção.

A Direcção Comercial passou também a integrar no seu *staff* o núcleo de *cross-selling*, até aí órgão do Departamento de Marketing. Esta medida vem na linha de concentrar serviços e actividades de natureza comercial no *staff* da Direcção, procurando-se deste modo uma gestão mais vertical do negócio, opção que se tem revelado muito ajustada à dimensão do Banco. No 1º Semestre, passou a ser disponibilizado o *leasing* imobiliário, enriquecendo-se assim a oferta de produtos e serviços de outras empresas do Grupo e que já contempla seguros, fundos, produtos estruturados, assessoria, *corporate* e *leasing* mobiliário.

A actividade comercial doméstica do Banco é reforçada pela sua presença nos Estados Unidos e Canadá, não tendo havido, neste domínio, alterações no decurso do 1º Semestre do ano. Decorrem, porém, trabalhos visando alargar o âmbito de uma actuação articulada com o Banif.

O dinamismo e a agressividade comercial do Banco traduziram-se no crescimento de 87 milhões de euros no crédito e de 70 milhões de euros nos recursos, correspondentes a variações no Semestre, face a 31 de Dezembro de 2002 de, respectivamente, 10,6% e 9,2%.

### **3.2.2 Produtos e Serviços**

A área de marketing do Banco manteve uma estratégia agressiva de comunicação, visando a permanente divulgação de produtos, serviços e outras iniciativas do Banco no domínio Institucional, bem como deu suporte ao lançamento de novos produtos que foram disponibilizados no período em reporte.

Destaque, a este nível, para o Crédito Habitação Casa Jovem que veio enriquecer a oferta do Banco no domínio do Crédito à Habitação, adaptando-a ao segmento mais jovem através de facilidades de prazo, de preço e de flexibilidade, bem como à Conta BCA Valor, conta de poupança especialmente remunerada, com bonificações, destinada à captação da média poupança.

### **3.3 Banca Remota e Internet**

No que respeita ao site do BCA, lançado no 2º trimestre de 2000, registou para os trabalhos que actualmente decorrem visando o seu refrescamento e actualização, num projecto cuja conclusão está agendada para o final do ano em curso.

A solução de banca electrónica do BCA foi disponibilizada no decurso de 2002 e, de imediato, foi traçado um plano de enriquecimento de conteúdos e funcionalidades que se traduziu já no 1º semestre de 2003 em novas acessibilidades de que se destacam o pagamento de serviços e a constituição e reforço de depósitos a prazo e contas de poupança. Simultaneamente ocorreram diversas iniciativas de marketing com o objectivo de colocar este serviço no maior número possível de clientes dado que a sua generalização é considerada estratégica.

### **3.4 Actividade das Áreas Centrais e Operativas**

O esforço reestruturador visando a obtenção de ganhos de escala mantém-se. Depois da harmonização grupal concluída em 2002 e relativa à Inspeção e Auditoria, iniciou-

se processo idêntico na área dos executivos de operações dos dois Bancos Comerciais do Grupo.

No que concerne aos sistemas tecnológicos de suporte à actividade, merece realce o projecto iniciado em 2003, visando a substituição da plataforma de balcões do BCA.

Este projecto é comum com o Banif e tem como objectivo dotar o Banco de uma solução de *front-office* tecnologicamente mais evoluída, bem como permitir a generalização do atendimento de clientes em qualquer unidade de negócios do Grupo. Para além desta iniciativa, prevê-se que até ao final do ano seja possível concluir novo *up grade* das comunicações do Banco, bem como instalar nova *release* do seu sistema central.

### **3.5 Riscos da Actividade**

Decorrem vários projectos no Banco visando estabelecer novas metodologias de trabalho que melhor respaldem os riscos normais da actividade. Ao nível operacional procura-se melhorar, sistematicamente, a segregação de funções e o controlo interno e, ao nível do risco de crédito, evolui-se nos modelos utilizados na análise e no acompanhamento e monitorização dos créditos mais expressivos.

Também, a acção sobre a carteira de crédito que revela sinais de alerta ao primeiro incumprimento, tem vindo a ser reforçada com resultados que têm permitido manter estável e a bom nível os principais indicadores associados ao crédito vencido. À data de 30 de Junho de 2003, o crédito vencido pesava 1,8% na carteira de crédito, o mesmo que um ano antes.

Paralelamente e, como já foi referido, iniciou-se no 1º Semestre do ano, com apoio de consultores externos, os trabalhos de diagnóstico, análise e preparação do Banco face aos novos requisitos de Basileia II, ao nível dos riscos de crédito e dos riscos operacionais. Estes novos requisitos premeiam as Instituições que tenham metodologias mais finas e apuradas na salvaguarda dos seus riscos correntes impondo assim fortes evoluções qualitativas.

### **3.6 Recursos Materiais**

Foi lançado em 2003 um intenso programa de valorização de várias instalações do Banco, visando, naturalmente, a melhoria geral da qualidade, conveniência e modernidade de todos os espaços de atendimento.

Assim, estão em curso os seguintes projectos:

- Santa Maria: Refrescamento integral da agência de Vila do Porto.
- S. Miguel: Refrescamento integral das agências de Lagoa e Largo 2 de Março e construção de raiz de uma agência em Vila Franca do Campo, em substituição da actual.
- Terceira: Reconstrução da agência principal de Angra do Heroísmo.
- Pico: Refrescamento integral de todas as agências da ilha.
- Flores: Construção de raiz de uma agência nas Lajes, em substituição da actual.

Ainda em S. Miguel, concretamente em Ponta Delgada, o Banco procederá, no 2º Semestre, à abertura de mais uma agência, no novo Centro Comercial.

### **3.7 Recursos Humanos**

No decurso do 1º Semestre saíram 9 colaboradores, 5 dos quais por passagem à situação de reforma e procedeu-se à admissão de um novo colaborador.

Deste modo, o efectivo no fecho do Semestre era de 443 trabalhadores contra 447 um ano antes e 451 no fecho do exercício de 2002.

O percurso próximo do Banco Comercial dos Açores manterá os vectores estratégicos sistematicamente referenciados, tendo em vista os grandes objectivos que se procura assegurar: reforço do posicionamento competitivo do Banco no seu mercado natural, modernização e adequado grau de rentabilidade dos capitais aqui investidos.

## 4. ANÁLISE AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### 4.1 Balanço

#### Activo

Em 30 de Junho de 2003 o “Activo Líquido” do BCA ascendia a 1.150.954 milhares de euros, contra 2.337.691 milhares de euros na mesma data do exercício anterior, o que corresponde a uma diminuição de 1.186.737 milhares de euros. Esta diminuição ocorreu em operações de tomadas e cedências de fundos intra Grupo Banif, que no exercício de 2002 tiveram grande expressão no Balanço do BCA, elevando-se a 1.295.867 milhares de euros no final do 1º semestre daquele exercício. De modo a que os dados de ambos os períodos sejam comparáveis, isolou-se o efeito directo daquelas operações em ambos os membros do Balanço.

(em milhares de euros)	Activo			Restantes Operações		
	Jun-02		Jun-03	Peso Relativo		
	Operações Intra Grupo	Restantes Operações		Jun-02	Jun-03	03/02
Caixa e Disponibilidades à Vista	609.071	56.838	43.213	5,5%	3,8%	-24,0%
Outros Créditos s/ Inst. Crédito	681.271	140.811	104.439	13,5%	9,1%	-25,8%
Crédito s/ Clientes		739.502	895.288	71,0%	77,8%	21,1%
Aplicações em Títulos		44.150	42.963	4,2%	3,7%	-2,7%
Participações		7.608	5.725	0,7%	0,5%	-24,8%
Imobilizações Incorpóreas		1.526	943	0,1%	0,1%	-38,2%
Imobilizações Corpóreas		22.299	20.870	2,1%	1,8%	-6,4%
Outros Activos		8.807	16.709	0,8%	1,5%	89,7%
Contas de Regularização	5.525	20.283	20.804	1,9%	1,8%	2,6%
Totais	1.295.867	1.041.824	1.150.954	100,0%	100,0%	10,5%

O saldo da rubrica “Caixa e Disponibilidades à Vista” desceu 24%, situação que proporcionou a diminuição do seu peso no total do “Activo Líquido”, que passou de 5,5% em Junho de 2002 para 3,8% no final do semestre em análise.

No saldo de “Outros Créditos sobre Instituições de Crédito” ocorreu igualmente uma descida, de 25,8%, em consequência do crescimento da actividade creditícia.

De facto, o saldo de “Crédito sobre Clientes” subiu 21,1%, que representa um aumento de cerca 155.786 milhares de euros, reforçando em cerca de 6,8% absolutos a sua representatividade no total do “Activo Líquido”, que passou de 71,0% em 30 de

Junho de 2002, para 77,8% um ano depois. O grau de transformação de Depósitos em Crédito passou de 97% no final do 1º semestre de 2002, para 108%, na mesma data de 2003. Durante o 1º semestre de 2003, e no âmbito da operação de securitização *Atlantes N.2*, foram alienados 17.977 milhares de euros de Crédito Pessoal.

No final dos semestres em análise, o “Crédito Vencido” relativamente ao “Crédito Total” manteve-se em 1,8%, situação demonstrativa de uma gestão rigorosa do risco de crédito, mesmo apesar do agravamento da situação da economia.

O “Crédito Vencido” encontrava-se coberto em 54,7% por “Provisões para Crédito Vencido e Cobrança Duvidosa” e em 109,5% pelo conjunto de “Provisões para Crédito Vencido e Cobrança Duvidosa” e “Provisões para Riscos Gerais de Crédito”.

O saldo de “Aplicações em Títulos” desceu 2,7%, passando a representar 3,7% do total do “Activo Líquido”, contra 4,2% um ano antes.

O peso das “Participações” no total do Activo Líquido passou de 0,7% no 1º semestre de 2002 para 0,5% um ano depois, reflexo da diminuição do saldo em 24,8%, que resultou, principalmente, da alienação da participação de 2.000 milhares de euros no Banif – Banco de Investimento, SA, que ocorreu no 2º semestre de 2002, no âmbito da reorganização das participações em empresas do Grupo Banif.

O saldo conjunto do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo diminuiu 8,4%, cerca de menos 2.012 milhares de euros, em consequência, principalmente, da venda de imóveis não afectos à exploração.

O saldo dos “Outros Activos” subiu 89,7%, entre 30 de Junho de 2002 e um ano depois, passando o seu peso no total do “Activo Líquido” de 0,8% para 1,5%, justificado pelo aumento de rubricas de devedores e de aplicações por recuperação de créditos. Existe uma provisão no valor de 616 milhares de euros para cobrir eventuais diferenças de avaliação nos imóveis recebidos por recuperação de créditos.

As “Contas de Regularização” mantiveram aproximadamente o seu peso no total do “Activo Líquido”, com 1,8% no final de Junho de 2003, contra 1,9% um ano antes.

## **Passivo**

O saldo do agregado “Débitos para c/ Instituições de Crédito”, excluindo as operações intra Grupo, aumentou 13%, mas mantendo sensivelmente o mesmo peso no total do Balanço em ambos os semestres, ou seja, 15,5% em 2003, contra 15,1% em 2002.

(em milhares de euros)	Passivo			Restantes Operações		
	Jun-02		Jun-03	Peso Relativo		Var %
	Operações Intra Grupo	Restantes Operações		Jun-02	Jun-03	03/02
Débitos p/ c/ Inst. Crédito	1.290.342	157.559	177.985	15,1%	15,5%	13,0%
Débitos para com Clientes à Vista		276.164	336.925	26,5%	29,3%	22,0%
Débitos p/ c/ Clientes a Prazo		486.447	495.433	46,7%	43,0%	1,8%
Outros Passivos		5.290	5.626	0,5%	0,5%	6,4%
Contas de Regularização	5.525	9.700	11.542	0,9%	1,0%	19,0%
Provisões		8.295	10.446	0,8%	0,9%	25,9%
Fundo p/ Riscos Bancários Gerais		464	464	0,0%	0,0%	0,0%
Passivos Subordinados		19.976	29.976	1,9%	2,6%	50,1%
Capitais Próprios e Resultados		77.929	82.557	7,5%	7,2%	5,9%
Totais	1.295.867	1.041.824	1.150.954	100,0%	100,0%	10,5%

Nos “Débitos para com Clientes” registou-se uma subida do saldo global em cerca de 9,1%, que representam um aumento de 69.747 milhares de euros. O saldo da rubrica “Débitos para com Clientes à vista” subiu 22%, passando a representar 29,3% do total do “Passivo” em 30 de Junho de 2003, contra 26,5% uma ano antes, enquanto que o saldo da outra rubrica, “Débitos para com Clientes a Prazo”, subiu 1,8%, tendo o seu peso descido de 46,7% em Junho de 2002, para 43% no final do 1º semestre de 2003.

O saldo do agregado “Outros Passivos” subiu 6,4%, mantendo o mesmo peso no total do Balanço, 0,6% no final dos semestres em análise.

O saldo da rubrica “Provisões” subiu 25,9%, e integra “Provisões para Riscos Gerais de Crédito”, que representam 85% do total do saldo, e “Provisões para Outros Riscos e Encargos”, que foram, quase na sua totalidade, constituídas no 1º semestre de 2003, com a finalidade de cobrir eventuais contingências fiscais, na sequência da Decisão da Comissão da Comissão Europeia de 11 de Dezembro de 2002, relativa à adaptação do sistema fiscal nacional às especificidades da Região Autónoma dos Açores, que exclui o sector financeiro do âmbito de aplicação da taxa reduzida de IRC nos Açores.

Os “Passivos Subordinados” aumentaram o seu peso no total do “Passivo” de 1,9% no final do 1º semestre para 2,6% em 30 de Junho de 2003, em resultado da emissão de obrigações de caixa subordinadas em Setembro de 2002, no montante de 10.000 milhares de euros.

## Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade

Em 30 de Junho de 2003, os “Fundos Próprios” proporcionaram que o rácio de solvabilidade ascendesse a 11,2% contra 8% no ano anterior. A subida do rácio de solvabilidade foi conseguida com o reforço dos “Fundos Próprios”, através da retenção de 4.941 milhares de euros do “Resultado Líquido” de 2002, em “Reserva Legal” e “Resultados Transitados”, e do aumento dos “Passivos Subordinados”, conjugados com a diminuição do “Activo”, em consequência da redução das operações de tomadas e cedências intra Grupo Banif.

## 4.2 Demonstração de Resultados

### Margem Financeira e Outros Resultados Correntes

Até 30 de Junho de 2003 a “Margem Financeira” totalizou 15.188 milhares de euros, registando uma quebra de 1,2% relativamente ao período homólogo de 2002. A diminuição da “Margem Financeira” foi consequência da descida da margem financeira unitária, que passou de 3,31% em Junho de 2002 (não considerando as operações intra grupo Banif) para 2,97% em Junho de 2003. O comportamento menos positivo do contributo financeiro dos depósitos, devido à continuada descida das taxas de juro no 1º semestre - a taxa principal de refinanciamento do Banco Central europeu desceu 75 pontos base - conjugada com os prazos de *repricing*, produziu efeito negativo na formação da margem financeira unitária.

No mesmo período, os “Outros Resultados Correntes” ascenderam a 5.212 milhares de euros, mais 0,1% do que no 1º semestre de 2002.

<i>(em milhares de euros)</i>	<i>Jun-02</i>	<i>Jun-03</i>	<i>D Abs.</i>	<i>D %</i>
<b>Outros Resultados Correntes</b>	5.208	5.212	4	0,1%
Resultados Serviços Bancários	3.202	3.763	561	17,5%
Resultados Operações Financeiras	1.693	853	-840	-49,6%
Recup. Créditos, Juros e Despesas	313	595	282	90,2%

Os “Resultados de Serviços Bancários” progrediram 561 milhares de euros, o que representa uma taxa de crescimento de 17,5% face ao mesmo período do ano anterior, reflexo do aumento da prestação de serviços, onde se destacam o aumento de proveitos gerados (i) na prestação de garantias bancárias, (ii) pelos cartões de crédito e débito, (iii) nas operações de “cross selling” e (iv) em comissões de colocação de emissões, com relevo para a “5ª Fase de Privatização do Banco Comercial dos Açores”, operação co-liderada pelo BCA, e que ocorreu em Abril de 2003.

Nos “Resultados de Operações Financeiras” verificou-se uma diminuição de 840 milhares de euros, com origem nos “Outros Resultados Financeiros”, rubrica onde se registara no 1º semestre de 2002 os ganhos obtidos na operação de troca de acções da BVLP com a Euronext, no âmbito da fusão da primeira na segunda, e mais valias geradas pelas operações de securitização de Crédito Pessoal.

<i>(em milhares de euros)</i>	<i>Jun-02</i>	<i>Jun-03</i>	<i>D Abs.</i>	<i>D %</i>
<b>Resultados Operações Financeiras</b>	<b>1.693</b>	<b>853</b>	<b>-840</b>	<b>-49,6%</b>
Rendimento de Títulos	348	464	116	33,5%
Reavaliação Posição Cambial	116	103	-13	-11,1%
Lucros Carteira Títulos	-92	-52	40	-43,9%
Outros Resultados Financeiros	1.322	338	-984	-74,4%

Os “Rendimentos de Títulos” integram maioritariamente dividendos de participadas, com destaque para a Companhia de Seguros Açoreana, e dividendos de acções da carteira do Banco.

Por último, e ainda relativamente aos “Outros Resultados Correntes”, a componente “Recuperação de Créditos, Juros e Despesas” subiu 90,2%, reflectindo o bom êxito na recuperação de créditos tidos como incobráveis.

Neste contexto, o BCA encerrou o 1º semestre com o Produto Bancário a ascender 20.400 milhares de euros, traduzindo-se numa quebra de 0,9% face ao mesmo período de 2002.

<i>(em milhares de euros)</i>	<i>Jun-02</i>	<i>%</i>	<i>Jun-03</i>	<i>%</i>	<i>D Abs.</i>	<i>D %</i>
<b>Produto Bancário</b>	<b>20.585</b>	<b>100,0%</b>	<b>20.400</b>	<b>100,0%</b>	<b>-185</b>	<b>-0,9%</b>
<b>Margem Financeira</b>	<b>15.377</b>	<b>74,7%</b>	<b>15.188</b>	<b>74,5%</b>	<b>-189</b>	<b>-1,2%</b>
<b>Outros Resultados Correntes</b>	<b>5.208</b>	<b>25,3%</b>	<b>5.212</b>	<b>25,5%</b>	<b>4</b>	<b>0,1%</b>
Resultados Serviços Bancários	3.202		3.763		561	17,5%
Resultados Operações Financeiras	1.693		853		-840	-49,6%
Recup. Créditos, Juros e Despesas	313		595		282	90,2%

## Custos Administrativos

Os “Custos Administrativos” totalizavam 11.764 milhares de euros no final do 1º semestre de 2003, correspondendo a uma subida de 2,8% em relação ao mesmo período de 2002. Dentro deste agregado, os “Custos com Pessoal” subiram 7,8%, consequência da actualização salarial e dos restantes benefícios do ACTV para o sector.

<i>(em milhares de euros)</i>	<i>Jun-02</i>	<i>Jun-03</i>	<i>Var. Abs</i>	<i>Var. %</i>
Custos Administrativos	11.438	11.764	325	2,8%
Custos com Pessoal	7.177	7.737	560	7,8%
Remunerações e Encargos	6.392	6.900	508	7,9%
Contribuição Fundo Pensões	785	837	52	6,6%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	4.261	4.027	-235	-5,5%

Os “Fornecimentos e Serviços de Terceiros” apresentam uma descida de 5,5% entre os semestres em análise. Apesar de no 1º semestre de 2002 se ter suportado custos acrescidos com a introdução física do euro e com as comemorações do 90º aniversário do Banco Comercial dos Açores, a diminuição verificada também reflecte os programas de racionalização que têm sido implementados, e com impacto positivo nesta rubrica da “Demonstração de Resultados”.

## Cash Flow de Exploração

No 1º semestre de 2003 o BCA gerou 8.636 milhares de euros de Cash Flow, -510 milhares de euros do que no período homólogo de 2002.

<i>(em milhares de euros)</i>	<i>Jun-02</i>	<i>Jun-03</i>	<i>Var. Abs</i>	<i>Var. %</i>
Margem Financeira	15.377	15.188	-189	-1,2%
+ Outros Resultados Correntes	5.208	5.212	4	0,1%
= Produto Bancário	20.585	20.400	-185	-0,9%
- Custos Administrativos	11.438	11.764	325	2,8%
= Cash Flow de Exploração	9.147	8.636	-510	-5,6%
- Amortizações	1.311	1.351	39	3,0%
- Provisões	2.249	2.003	-246	-11,0%
+ Resultados Extraordinários	-844	-469	375	-44,4%
= Resultados Antes Impostos	4.742	4.813	71	1,5%
- Impostos s/ Lucros	1.015	1.398	384	37,8%
= Resultados Líquidos	3.728	3.415	-312	-8,4%

A variação do “Cash Flow” entre os semestres em análise teve origem na conjugação da diminuição do “Produto Bancário” em 185 milhares de euros, com o aumento dos “Custos Administrativos” em 325 milhares de euros.

## Provisões

No 1º semestre de 2003 foram constituídas 2.003 milhares de euros de provisões líquidas, -246 milhares de euros do que um ano antes.

<i>(em milhares de euros)</i>	<i>Provisões do Exercício</i>	<i>Reposição e Anulação</i>	<i>Provisões Líquidas</i>
Cobrança Duvidosa e Vencido	1.674	1.849	-175
Depreciação Títulos	203	328	-124
Outras Aplicações	0	5	-5
Depreciação Imobilizado Financeiro	1	0	1
Risco País	11	13	-2
Riscos Gerais Crédito	875	41	834
Outros Riscos e Encargos	1.473	0	1.473
Total	4.239	2.236	2.003

Nas rubricas de “Provisões para Riscos Gerais de Crédito” e “Provisões para Outros Riscos e Encargos” ocorreu reforço líquido durante o 1º semestre de 2003. Nas “Provisões para Riscos Gerais de Crédito”, o reforço decorre do aumento da actividade creditícia, enquanto que as “Provisões para Outros Riscos e Encargos” integram as provisões constituídas para cobertura de eventuais contingências fiscais, na sequência da Decisão da Comissão Europeia de 11 de Dezembro de 2002, relativa à adaptação do sistema fiscal nacional às especificidades da Região Autónoma dos Açores.

## Resultado Líquido

O “Resultado Líquido” no 1º semestre de 2003, ascende a 3.415 milhares de euros, menos 8,4% do que o valor apurado no período homólogo de 2002. Esta situação deve-se à constituição de provisões para cobertura de eventuais contingências fiscais, conforme anteriormente referido. Com efeito e caso tivessem sido constituídas provisões para a mesma finalidade no 1º semestre de 2002, o Resultado Líquido do 1º semestre de 2003 seria 2,3% superior ao de igual período do ano anterior.

Conforme referido no Relatório e Contas de 2002, em 11 de Dezembro de 2002 foi divulgada a Decisão da Comissão Europeia “relativa à parte do regime que adapta o sistema fiscal nacional às especificidades da Região Autónoma dos Açores referente à vertente das reduções das taxas do imposto sobre o rendimento”, que exclui o sector financeiro do âmbito da aplicação da taxa reduzida de IRC nos Açores, em vigor desde 1 de Janeiro de 1999, e posta em execução pelo Decreto Legislativo Regional nº

2/99/A de 20 de Janeiro. Em consequência desta Decisão, o Banco estimou o imposto sobre lucros relativos a 2002, com base na taxa normal de IRC.

No início de 2003, o BCA interpôs recurso da Decisão da Comissão Europeia junto das Instituições Judiciais Europeias competentes.

Dado que o quadro legislativo nacional ainda não sofreu alterações relativamente a esta matéria, o BCA liquidou o imposto sobre os lucros de 2002 à taxa reduzida, tendo anulado o excesso da estimativa por contrapartida de “Resultados Extraordinários”. Em simultâneo, foi constituída uma provisão no valor de 889 milhares de euros, para fazer face a eventuais contingências fiscais, relativas àquele exercício de 2002.

Relativamente aos resultados apurados no 1º semestre de 2003, o BCA estimou o imposto sobre os lucros à taxa reduzida para a R.A.A., tendo constituído uma provisão de 585 milhares de euros, que traduz a diferença de cálculo do imposto entre a taxa reduzida e a taxa normal, para cobrir eventuais contingências fiscais.

Ponta Delgada, 24 de Julho de 2003

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Horácio da Silva Roque – Presidente \_\_\_\_\_

Joaquim Filipe Marques dos Santos – Vice-Presidente \_\_\_\_\_

António Manuel Rocha Moreira – Vice-Presidente \_\_\_\_\_

Carlos David Duarte de Almeida \_\_\_\_\_

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral \_\_\_\_\_

**Actividade Global \***

Balço em 30 de Junho de 2003

ACTIVO	ANO			ANO ANTERIOR (LIQUIDO)	PASSIVO	ANO	ANO ANTERIOR
	ACTIVO BRUTO	AMORT./PROV.	ACTIVO LIQUIDO				
1. Caixa e disp. em bancos centrais .....	29,997		29,997	32,003	1. Débitos p/ c/ inst. de crédito.....	177,985	1,447,901
2. Disp. à vista s/ inst. crédito.....	13,216		13,216	633,906	a) - À vista.....	890	34,018
3. Outros créditos s/ inst. crédito.....	104,439		104,439	822,082	b) - A prazo ou com pré-aviso.....	177,095	1,413,883
4. Créditos sobre clientes.....	904,237	8,949	895,288	739,502	2. Débitos para com clientes.....	832,358	762,611
5. Obrig. e outros tit. rendimento fixo.....	35,548	514	35,034	34,360	a) - Depósitos de poupança.....	60,363	52,323
a) Obrig. e outros títulos rendimento fixo - de emissores públicos.....	16,194	1	16,193	13,914	b) - Outros débitos.....	771,995	710,288
b) Obrig. e outros títulos rendimento fixo - de outros emissores.....	19,354	513	18,841	20,446	ba) - A vista.....	336,925	276,164
(Dos quais: Obrigações próprias).....	(0)	(0)	(0)	(0)	bb) - A prazo.....	435,070	434,124
6. Acções / títulos rendimento variável.....	9,968	2,039	7,929	9,790	3. Débitos representados por títulos.....	0	0
7. Participações.....	5,729	4	5,725	7,608	a) - Obrigações em circulação.....	0	0
8. Partes do capital - empresas coligadas.....	0	0	0	0	b) - Outros.....	0	0
9. Imobilizações incorpóreas.....	5,285	4,342	943	1,526	4. Outros passivos.....	5,626	5,290
10. Imobilizações corpóreas.....	39,984	19,114	20,870	22,299	5. Contas de regularização.....	11,542	15,225
(Dos quais: Imóveis ).....	(20,221)	(3,751)	(16,470)	(18,075)	6. Provisões p/ riscos e encargos.....	10,446	8,295
11. Capital subscrito não realizado.....	0	0	0	0	a) - Provisões para pensões e encargos similares.....	0	0
12. Acções próprias/ partes cap. próprias.....	0	0	0	0	b) - Outras provisões.....	10,446	8,295
13. Outros activos.....	17,325	616	16,709	8,807	6A. Fundo p/ riscos bancários gerais.....	464	464
14. Contas de regularização.....	20,804	0	20,804	25,808	8. Passivos subordinados.....	29,976	19,976
16. Prejuízo do exercício.....	0	0	0	0	9. Capital subscrito.....	51,892	51,892
<b>TOTAL do ACTIVO.....</b>	<b>1,186,532</b>	<b>35,578</b>	<b>1,150,954</b>	<b>2,337,691</b>	10. Prémios de emissão.....	0	0
					11. Reservas.....	7,707	6,954
					12. Reservas de reavaliação.....	2,190	2,190
					13. Resultados transitados.....	17,353	13,165
					14. Lucro do exercício.....	3,415	3,728
					<b>TOTAL do PASSIVO.....</b>	<b>1,150,954</b>	<b>2,337,691</b>

5.1 - Balço e Demonstração de Resultados

\* Inclui as Sucursais Financeiras da Zona Franca de Stª Maria e de Cayman.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS	
1. Passivos Eventuais	102,539
Dos quais:	
- Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados.....	0
- Cauções e activos dados em garantia.....	11,843
2. Compromissos	198,086
Dos quais:	
- Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra.....	0

Serviço de Contabilidade

Maria Fernanda T. Ramos de la C. Gomes

Horácio da Silva Roque  
Presidente

Joaquim Filipe Marques dos Santos

Carlos David Duarte de Almeida

António Manuel Rocha Moreira

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

DÉBITO	ANO	ANO ANTERIOR	CRÉDITO	ANO	ANO ANTERIOR
<b>A. CUSTOS</b>			<b>B. PROVEITOS</b>		
1. Juros e custos equiparados.....	9,925	32,490	1. Juros e proveitos equiparados.....	25,113	47,866
2. Comissões.....	407	311	Dos quais: (- de títulos de rendimento fixo).....	(751)	(1,032)
3. Prejuízos em operações financeiras.....	434	624	2. Rendimento de Títulos.....	464	348
4. Gastos gerais administrativos.....	11,764	11,438	a) - Rendimento de acções, de quotas e de de outros títulos de rendimento variável.....	88	19
a) - Custos com pessoal.....	7,737	7,177	b) - Rendimento de participações.....	376	329
Dos quais:			c) - Rendimento de partes de capital em empresas coligadas.....	0	0
(- salários e vencimentos).....	(5,762)	(5,453)	3. Comissões.....	2,727	2,243
(- encargos sociais).....	(1,836)	(1,715)	4. Lucros em operações financeiras.....	824	1,970
Dos quais:			5. Reposições e anulações respeitantes a correções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos.....	2,236	2,378
(- c/ pensões).....	(837)	(785)	6. Reposições e anulações respeitantes a correções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas.....	0	5
b) - Outros gastos administrativos.....	4,027	4,261	7. Outros proveitos de exploração.....	2,212	1,743
5. Amortizações do exercício.....	1,351	1,311	8. Resultado da actividade corrente.....	0	0
6. Outros custos de exploração.....	54	16	9. Ganhos extraordinários.....	986	500
7. Provisões para crédito vencido e para outros riscos.....	4,238	4,628	11. Resultado do exercício.....	0	0
8. Provisões para imobilizações financeiras.....	1	4			
10. Resultado da actividade corrente.....	5,402	5,731			
11. Perdas extraordinárias.....	1,455	1,343			
13. Impostos sobre lucros.....	1,398	1,015			
14. Outros impostos.....	120	144			
15. Resultado do exercício.....	3,415	3,728			
<b>TOTAL.....</b>	<b>34,562</b>	<b>57,052</b>	<b>TOTAL.....</b>	<b>34,562</b>	<b>57,052</b>

5.1 - Balanço e Demonstração de Resultados

\* Inclui a Sucursal Financeira Exterior "Off-shore" na Zona Franca de S.Maria e de Cayman.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Serviço de Contabilidade

Horácio da Silva Roque  
Presidente

Joaquim Filipe Marques dos Santos

António Manuel Rocha Moreira

Maria Fernanda T. Ramos de La Cerda Gomes

Carlos David Duarte de Almeida

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

**5.2. Inventário de Títulos e de Participações Financeiras  
em 30 de Junho de 2003**

(em euros)

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	QUANT	VALOR NOMINAL	VAL. MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
<b>A. TÍTULOS - NEGOCIAÇÃO</b>					<b>0.00</b>
<b>Títulos de rendto.fixo - emitidos por residentes</b>					<b>0.00</b>
De dívida pública portuguesa.....					
- A curto prazo .....					
- A médio e longo prazos.....					
De outros emissores públicos nacionais.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
De outros residentes.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
<b>Títulos rendto. fixo-emitidos por não residentes</b>					<b>0.00</b>
De emissores públicos estrangeiros.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
De organismos financeiros internacionais.....					
De outros não residentes.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
<b>Valores de rendimento variável</b>					<b>0.00</b>
Emitidos por residentes.....					
- Acções.....					
- Quotas.....					
- Títulos de Participação.....					
- Unidades de Participação.....					
- Outros valores.....					
Emitidos por não residentes.....					
- Acções.....					
- Quotas.....					
- Títulos de Participação.....					
- Unidades de Participação.....					
- Outros valores.....					
<b>Títulos subordinados</b>					<b>0.00</b>
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
<b>Títulos próprios</b>					<b>0.00</b>
De rendimento fixo.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
De rendimento variável.....					
- Acções .....					
- Títulos de participação .....					
- Outros títulos.....					

**5.2. Inventário de Títulos e de Participações Financeiras  
em 30 de Junho de 2003**

(em euros)

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	QUANT	VALOR NOMINAL		VAL. MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
<b>B. TÍTULOS - INVESTIMENTO</b>						<b>45,516,651.72</b>
<b>Títulos de rendto. fixo - de emissores públicos</b>						<b>16,194,525.27</b>
De dívida pública portuguesa.....						<b>13,068,725.17</b>
- A curto prazo.....						
- A médio e longo prazos .....						<b>13,068,725.17</b>
Obrig. Tes. O.T. Fevereiro/1997-2007	521,243,900	EUR	0.01	106.99%	112.00%	5,576,746.79
Obrig. Tes. O.T. Setembro/1998-2013	498,798,000	EUR	0.01	105.41%	112.21%	5,258,049.19
Obrig. Tes. O.T. Agosto/1999-2004	221,083,700	EUR	0.01	101.04%	101.75%	2,233,929.19
De outros emissores públicos nacionais.....						<b>3,125,800.10</b>
- A curto prazo.....						
- A médio e longo prazos.....						<b>3,125,800.10</b>
Obrig. GRA/1992-2005 - 1ª Emissão	13,301,272	EUR	0.0067	100.00%	98.90%	133,012.72
Obrig. GRA/1993-2005 - 1ª Emissão	199,519,159	EUR	0.01	100.00%	102.70%	1,995,191.59
Obrig. GRA/1996-2006	99,759,579	EUR	0.01	100.00%	100.17%	997,595.79
De emissores públicos estrangeiros.....						<b>0.00</b>
- A curto prazo.....						
- A médio e longo prazos.....						
<b>Títulos de rendto. fixo - de outros emissores</b>						<b>18,207,205.11</b>
Emitidos por residentes.....						<b>16,429,649.30</b>
- A curto prazo.....						<b>9,621,994.75</b>
<i>Papel Comercial</i>						
EDA-ELECTRICIDADE DOS AÇORES 21ª EM	2,500,000	EUR	1.00			2,500,000.00
EDA-ELECTRICIDADE DOS AÇORES 22ª EM	1,246,995	EUR	1.00			1,246,994.75
BANIF LEASING 5ª EM	2,250,000	EUR	1.00			2,250,000.00
BANIF LEASING 18ª EM	2,500,000	EUR	1.00			2,500,000.00
LISGRÁFICA 25ª EM	1,125,000	EUR	1.00			1,125,000.00
- A médio e longo prazos.....						<b>6,807,654.55</b>
Obrig. Cx. CEMG/1998-2003	99,759,579	EUR	0.01	100.00%	99.80%	997,595.79
Obrig. EDP/1996-2006 - 2ª Emissão	23,194,102	EUR	0.0075	100.00%	99.80%	231,941.02
Obrig. Imoloc/1998-2003	135,000	EUR	1.87	100.00%		252,450.00
Obrig. Petrogal, SA./1994-2004 -1ª Emissão	49,879,790	EUR	0.01	100.00%	99.57%	498,797.90
Obrig. Petrogal, SA./1996-2003 -2ª Emissão	52,348,839	EUR	0.01	100.00%	99.65%	523,488.39
Obrig. Modelo Continente/1995-2003	24,939,895	EUR	0.005	100.00%	99.92%	124,699.47
Obrig. Mundicenter/1997-2004	100,000	EUR	4.99	100.00%	99.25%	499,000.00
Obrig. Fnacinveste/91	38,761,585	EUR	0.01	100.00%	0.00%	387,615.85
Obrig. Cobre/87 - Série A	2,493,989	EUR	0.01	100.00%	0.00%	24,939.89
Obrig. Agerg	2,493,989	EUR	0.01	100.00%	0.00%	24,939.89
Topinvest/98 1ª Serie	5	EUR	498,797.90	100.00%		2,493,989.50
Topinvest/98 3ª Serie	3	EUR	249,398.95	100.00%		748,196.85
Emitidos por não residentes.....						<b>1,777,555.81</b>
- Por organismos financeiros internacionais.....						<b>1,278,757.91</b>
Obrig. BEI/1996-2006	74,819,685	EUR	0.01	105.38%	116.28%	788,479.77
Obrig. BEI/1997-2007	49,600,000	EUR	0.01	98.85%	110.50%	490,278.14
- Por outros não residentes.....						<b>498,797.90</b>
- A curto prazo.....						
- A médio e longo prazos.....						<b>498,797.90</b>
Obrig. Bayerische Hypoteken/1997-2007	49,879,790	EUR	0.01	100.00%		498,797.90

**5.2. Inventário de Títulos e de Participações Financeiras  
em 30 de Junho de 2003**

(em euros)

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	QUANT	VALOR NOMINAL		VAL. MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
<b>Valores de rendimento variável</b>						<b>9,968,239.60</b>
Emitidos por residentes.....						<b>5,053,166.23</b>
- Acções.....						<b>1,509,733.64</b>
PORTUGAL TELECOM	18,495	EUR	1.00	EUR 9.05	EUR 6.24	167,367.59
INAPA	90,000	EUR	4.99	EUR 5.47	EUR 2.88	492,600.00
EDP - NOM	100,000	EUR	1.00	EUR 3.01	EUR 1.86	300,650.00
PT MULTIMÉDIA	5,250	EUR	1.00	EUR 13.86	EUR 15.25	72,765.00
SONAE SGPS - NOM	106,000	EUR	1.00	EUR 0.98	EUR 0.49	103,380.00
IMPRESA SGPS - NOM	20,270	EUR	1.00	EUR 7.00	EUR 2.22	141,809.00
SEMAPA SGPS	58,265	EUR	1.00	EUR 3.97	EUR 2.83	231,162.05
- Quotas.....						
- Títulos de participação.....						
- Unidades de participação.....						<b>3,543,432.59</b>
Banifundo Estratégia Conservadora	29,927	EUR	5.00	EUR 5.00	EUR 4.986	149,635.00
Banifundo Estratégia Equilibrada	19,951	EUR	5.00	EUR 5.00	EUR 3.779	99,755.00
Banifundo Estratégia Agressiva	9,975	EUR	5.00	EUR 5.00	EUR 2.405	49,875.00
Banifundo Euro Acções	299,278	EUR	5.00	EUR 5.00	EUR 1.911	1,496,390.00
Banif Imogest	69,805	EUR	24.94	EUR 25.04	EUR 28.327	1,747,777.59
- Outros valores.....						
Emitidos por não residentes.....						<b>4,915,073.37</b>
- Acções.....						
- Quotas.....						
- Títulos de participação.....						
- Unidades de participação.....						<b>1,806,388.38</b>
Portugal Equity Fund	1,000	EUR	100.00	EUR 100.00	EUR 82.06	100,000.00
European Equity Fund	1,000	EUR	100.00	EUR 100.00	EUR 68.44	100,000.00
European Bond Fund	3,000	EUR	100.00	EUR 100.00	EUR 107.41	300,000.00
European Money Market Fund	3,000	EUR	100.00	EUR 100.00	EUR 102.84	300,000.00
Balanced Strategy Fund	1,500	USD	100.00	USD 100.00	USD 97.35	131,268.05
Aggressive Strategy Fund	1,000	USD	100.00	USD 100.00	USD 81.61	87,512.03
Conservative Strategy Fund	2,000	USD	100.00	USD 100.00	USD 109.90	175,024.07
Brazilian Equity Fund	1,000	USD	100.00	USD 100.00	USD 89.49	87,512.03
Brazilian Bond Fund	3,000	USD	100.00	USD 100.00	USD 93.67	262,536.10
Brazilian Money Market Fund	3,000	USD	100.00	USD 100.00	USD 102.55	262,536.10
- Outros valores.....						<b>3,108,684.99</b>
Obrig. Atlantes nº1 Residual Certificates	270,000,000	EUR	0.004183	100.00%		1,129,412.95
Atlantes Finance nº 2 Class D	91	EUR	21,750.24	100.00%		1,979,272.04
<b>Títulos subordinados</b>						<b>1,146,681.74</b>
- A curto prazo.....						
- A médio e longo prazos.....						<b>1,146,681.74</b>
Obrig. Cx. Sub. BCP/1995-2005	74,819,685	EUR	0.01	99.94%	99.65%	747,778.61
Obrig. Cx. Sub. ESSI/1996-2006	8,000	EUR	49.88	99.97%	99.96%	398,903.13
<b>Títulos próprios</b>						<b>0.00</b>
De rendimento fixo.....						
- A curto prazo.....						
- A médio e longo prazos.....						
De rendimento variável.....						
- Acções.....						
- Títulos de participação.....						
- Outros títulos.....						

**5.2. Inventário de Títulos e de Participações Financeiras  
em 30 de Junho de 2003**

(em euros)

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	QUANT	VALOR NOMINAL	VAL. MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
<b>C. TÍTULOS A VENCIMENTO</b>					<b>0.00</b>
<b>De emissores públicos</b>					<b>0.00</b>
De dívida pública portuguesa.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
De outros emissores publicos nacionais.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
De emissores publicos estrangeiros.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
<b>De outros emissores</b>					<b>0.00</b>
Emitidos por residentes.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
Emitidos por não residentes.....					
-Por organismos financeiros internacionais.....					
-Por outros não residentes.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
<b>D. IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS</b>					<b>5,729,559.15</b>
<b>Participações</b>					<b>5,729,559.15</b>
- Em instituições de crédito no País.....					<b>0.00</b>
- Em instituições de crédito no Estrangeiro.....					
- Em outras empresas no País.....					<b>5,631,153.78</b>
Atlântico Clube Int. Férias Açores	250	EUR 4.99	EUR 4.99		1,246.99
Cabo TV Açoreana, SA	66,000	EUR 5.00	EUR 5.39		355,543.14
Coliseu Micaelense, S A	83	EUR 0.50	EUR 0.60		49.88
Teatro Micaelense, S A	83	EUR 0.50	EUR 0.60		49.88
NORMA Açores-Soc. Est. Apoio Des. Reg.,SA	10,000	EUR 5.00	EUR 4.99		49,879.79
SIBS-Soc. Interbancária de Serviços,SA	68,957	EUR 5.00	EUR 4.47		308,459.80
SOGEO-Soc. Geotermica dos Açores, SA	24,529	EUR 5.00	EUR 4.99		122,350.14
TRANSINSULAR (Açores)-Transp.M.Insul.,SA	2,000	EUR 5.00	EUR 5.49		10,973.55
UNICRE-Cartão Internacional de Crédito, SA	8,250	EUR 5.00	EUR 29.21		240,979.24
BANIF Açor-Pensões-Soc.Gest. F.Pensões, SA	40,000	EUR 5.00	EUR 6.01		240,267.01
Companhia de Seguros Açoreana, SA	1,020,000	EUR 5.00	EUR 4.22		4,301,354.36
- Em outras empresas no Estrangeiro.....					<b>98,405.37</b>
BANIF & COMERCIAL DOS AÇORES, INC.-Fall River	100,000	USD 1.00	87,512.03		87,512.03
COMERCIAL DOS AÇORES, INC.-S.José Calif.	100	USD 1.00	87.51		87.51
S.W.I.F.T.	1	EUR 125.00	EUR 718.89		718.89
EURONEXT NV	103	EUR 1.00	EUR 0.84		86.94
BANIF-INFORMATION AND TECHNOLOGY LTD	10,000	EUR 1.00	EUR 1.00		10,000.00
<b>Partes de Capital em empresas coligadas</b>					
- Em instituições de crédito no País.....					
- Em instituições de crédito no Estrangeiro.....					
- Em outras empresas no País.....					
- Em outras empresas no estrangeiro.....					
- Outras immobilizações financeiras.....					
<b>TOTAL...</b>					<b>51,246,210.87</b>

## IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

(em euros)

CONTAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		AUMENTOS		TRANSFERÊNCIAS	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	REGULARIZ.	ABATES LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO EM 30.06.03
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	AQUISIÇÕES	REAVALIAÇÕES (LÍQUIDO)					
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>	<b>5,204,284.83</b>	<b>3,990,037.61</b>	<b>80,346.20</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>352,304.94</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>942,288.48</b>
Trespases	0.00	0.00	0.00		0.00	0.00	0.00		0.00
Despesas de estabelecimento	0.00	0.00	0.00		0.00	0.00	0.00		0.00
Custos plurianuais	2,150,342.19	1,587,079.45	0.00		0.00	112,322.64	0.00		450,940.10
Despesas de investigação e desenvolvimento	838,929.96	513,616.68	0.00		0.00	139,821.66	0.00		185,491.62
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	2,131,064.62	1,824,108.31	80,346.20		0.00	88,931.70	0.00		298,370.81
Outras	83,948.06	65,233.17	0.00		0.00	11,228.94	0.00		7,485.95
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>	<b>38,508,782.21</b>	<b>18,819,427.27</b>	<b>745,330.93</b>	<b>0.00</b>	<b>15,466.33</b>	<b>998,497.73</b>	<b>0.00</b>	<b>4,925.35</b>	<b>19,446,729.12</b>
Imóveis de serviço próprio	18,571,774.74	3,162,230.27	0.00		0.00	166,432.50	0.00	0.00	15,243,111.97
Despesas em edifícios arrendados	781,411.17	373,049.58	0.00		0.00	39,070.62	0.00	0.00	369,290.97
Outros imóveis	10,622.87	10,622.87	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento	18,787,964.29	15,175,278.76	745,330.93		15,466.33	760,246.01	0.00	4,925.35	3,608,311.43
Património artístico	94,845.90	0.00	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00	94,845.90
Outras imobilizações corpóreas	262,163.24	98,245.79	0.00		0.00	32,748.60	0.00	0.00	131,168.85
<b>IMOBILIZAÇÕES EM CURSO</b>	<b>587,478.86</b>	<b>0.00</b>	<b>855,453.82</b>	<b>0.00</b>	<b>-15,466.33</b>	<b>0.00</b>	<b>4,006.32</b>	<b>0.00</b>	<b>1,423,460.03</b>
Imobilizações incorpóreas	0.00	0.00	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Imóveis	489,743.68	0.00	367,602.77		0.00	0.00	0.00	0.00	857,346.45
Equipamento	470.90	0.00	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00	470.90
Património artístico	0.00	0.00	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras imobilizações corpóreas	97,264.28	0.00	487,851.05		-15,466.33	0.00	4,006.32	0.00	565,642.68
Adiantamentos por conta de imobilizações	0.00	0.00	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>TOTAIS</b>	<b>44,300,545.90</b>	<b>22,809,464.88</b>	<b>1,681,130.95</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>1,350,802.67</b>	<b>4,006.32</b>	<b>4,925.35</b>	<b>21,812,477.63</b>

5.3. Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas

## 5.4 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

**30 de Junho de 2003**  
(expressas em milhares de euros)

No cumprimento das normas emanadas pelo Banco de Portugal relativamente aos elementos para publicação oficial explicitam-se a seguir, pela ordem especificada na Instrução 4/96, as informações sobre as rubricas mencionadas no Balanço e na Demonstração de Resultados.

1. Não foram efectuados quaisquer ajustamentos aos valores publicados no exercício anterior.
2. Não existem situações de ambiguidade ou incorrecção quanto à sua relevação contabilística.
3. As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção contabilística do custo histórico, modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas, em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo art.º 115º do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

As demonstrações financeiras integram as operações realizadas pelas Sucursais Financeiras da Zona Franca de S. Maria (Offshore) e de Cayman, o que representa a actividade global do Banco. Todos os saldos e transacções entre a Sede e as Sucursais foram eliminadas no processo de combinação das respectivas demonstrações financeiras.

Os princípios contabilísticos mais significativos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras são os a seguir indicados:

### **a) Reconhecimento de custos e proveitos**

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício. Nos termos das normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos, com excepção dos juros de créditos sobre ou com garantia das entidades indicadas no Aviso nº 3/95.

### **b) Transacções em moeda estrangeira**

Os Activos e Passivos expressos em moeda estrangeira são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

#### Posição à vista

Constituída pelo saldo líquido de activos e passivos da mesma moeda, resultados em moeda estrangeira e operações à vista a aguardar liquidação.

A posição à vista é reavaliada diariamente ao câmbio médio informativo do Banco de Portugal e as diferenças cambiais apuradas são registadas mensalmente como custos ou proveitos do exercício.

### Notas e moedas estrangeiras

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nos câmbios médios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal.

As diferenças cambiais apuradas são registadas mensalmente como custos ou proveitos do exercício.

#### **c) Juros**

Os juros decorrentes das operações activas e passivas são contabilisticamente relevados como Proveitos e Custos dia a dia, independentemente do momento do seu vencimento. Não são registados em Proveitos juros sobre crédito vencido, até que a cobrança dos mesmos se efective, com excepção dos juros de créditos sobre ou com garantia das entidades indicadas no Aviso nº3/95. Também não são registados em Proveitos os juros vencidos e não pagos desse crédito, com antiguidade superior a 90 dias.

#### **d) Imóveis e Equipamento**

As immobilizações corpóreas são registadas pelo custo de aquisição e líquidas de amortizações. Algum immobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

As amortizações do immobilizado corpóreo e incorpóreo são calculadas pelo método das quotas constantes, em duodécimos, de acordo com o disposto no Aviso nº9/94, de 2 de Novembro.

#### **e) Provisões**

Foram constituídas as provisões impostas pelo Aviso nº3/95, com as alterações do Aviso nº8/2003, Aviso nº4/2002 e Instrução nº27/2000 do Banco de Portugal, para riscos específicos de crédito, riscos gerais de crédito, menos-valia de títulos e immobilizações financeiras, risco país e menos-valia de outras aplicações.

#### **f) Bens Obtidos por Recuperação de Créditos**

Os imóveis e outros bens arrematados, obtidos por recuperação de créditos vencidos, são registados em “Outros Activos” pelo valor de arrematação, por contrapartida da respectiva conta de crédito vencido.

Caso o valor de mercado dos bens recuperados seja inferior aos montantes registados nesta rubrica, as respectivas menos valias são integralmente provisionadas.

#### **g) Fundo de Garantia de Depósitos**

Em Novembro de 1994, foi criado o Fundo de Garantia de Depósitos, cujo objectivo é garantir os depósitos constituídos nas Instituições de Crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. As contribuições iniciais para o Fundo, fixadas por Portaria do Ministério das Finanças, efectuadas através da entrega de títulos de depósito, foi amortizada por um período de 60 meses.

Adicionalmente, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo do exercício a que se referem.

4. Não existem derrogações dos critérios valorimétricos definidos pelo Plano de Contas em vigor.
5. A avaliação efectuada no Balanço não difere, significativamente, das avaliações que têm por base o último preço de mercado conhecido antes da data de encerramento de contas.

6. As empresas nas quais o Banco detém uma participação igual ou superior a 20% são as seguintes:

Nome e Sede	Capital Social	% Participação	Valor Participação
<b>Banif &amp; Comercial Açores, INC</b> Fall River USA	USD 100.000	100 %	EUR 87.512,03
<b>Comercial dos Açores INC</b> S.José Califórnia USA	USD 100	100 %	EUR 87,51

7. As “Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo” vencíveis em 2003, totalizam 10.273 mil euros e encontram-se discriminadas a seguir :

Títulos Vencíveis em 2003	Valor Balanço
OBRIGAÇÕES CAIXA CEMG 1998/2003	998
OBRIGAÇÕES PETROGAL, SA 1996/2003 2ª EMISSÃO	523
OBRIGAÇÕES MODELO CONTINENTE 1995/2003	125
OBRIGAÇÕES IMOLOC 98/03	252
PAPEL COMERCIAL BANIF LEASING 5ª EMISSÃO	2.250
PAPEL COMERCIAL BANIF LEASING 18ª EMISSÃO	2.500
PAPEL COMERCIAL EDA 21ª EMISSÃO	2.500
PAPEL COMERCIAL LISGRAFICA 25ª EMISSÃO	1.125
	<u>10.273</u>

8. CRÉDITOS SOBRE EMPRESAS PARTICIPADAS

COMPANHIA SEGUROS AÇOREANA SA	2
NORMA AÇORES SA	1.485
UNICRE	242

9. CRÉDITOS SOBRE EMPRESAS COLIGADAS E ASSOCIADAS

Não aplicável.

10. Inventário Títulos da Sociedade, de acordo com o modelo do Banco de Portugal, Anexo III à Instrução nº 4/96, encontra-se inserido no ponto 5.2.
11. Mapa Imobilizado da Sociedade, de acordo com o modelo do Banco de Portugal, Anexo IV à Instrução nº 4/96, encontra-se inserido no ponto nº 5.3.
12. Os activos com carácter subordinado, contabilizados na conta 255 - Títulos de Investimento, e com reflexo na rubrica 5b) do Balanço, referem-se a:

Obrig. Cx. Sub. BCP/1995-2005	748
Obrig. Cx. ESSI/1996-2006	399
	<u>1.147</u>

13. Não existem activos cedidos com acordo de recompra.

14. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O saldo dos outros Créditos sobre outras Instituições de Crédito decompõe-se da seguinte forma:

	<b>Junho 2003</b>	<b>Junho 2002</b>
Aplicações em Instituições de Crédito no País		
- Mercado Monetário Interbancário e Tit.Dep...	9.763	11.529
- Empréstimos .....	26.870	68.850
- Outras Aplicações .....	67.806	741.703
	-----	-----
	104.439	822.082
Aplicações em Instituições de Crédito no Estrangeiro		
- Empréstimos .....	-	-
- Outras Aplicações .....	-	-
	-----	-----
	-	-
	-----	-----
Saldo Bruto .....	104.439	822.082
- Provisões .....	-	-
	-----	-----
Saldo Líquido .....	104.439	822.082

O escalonamento dos valores desta rubrica, por prazos residuais para o vencimento, apresenta-se da seguinte forma:

- Até 3 meses .....	84.176	772.553
- De 3 meses a 1 ano .....	15.065	39.767
- De 1 ano a 5 anos .....	5.198	9.762
- Mais de 5 anos .....	-	-
- Duração Indeterminada .....	-	-
	-----	-----
	104.439	822.082

CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

	<b>Junho 2003</b>	<b>Junho 2002</b>
Esta rubrica tem a seguinte composição:		
- Desconto Comercial .....	17.857	14.782
- Crédito Titulado por Efeitos .....	14.278	12.609
- Créditos em Conta Corrente .....	107.613	112.278
- Descobertos em D.O. ....	14.016	13.762
- Factoring .....	60.094	54.984
- Outros Créditos .....	674.135	528.034
	-----	-----
	887.993	736.449
- Crédito e Juros Vencidos .....	16.244	13.180
	-----	-----
	904.237	749.629
- Provisões para Crédito, Juros Vencidos e Crédito de Cobrança Duvidosa .....	8.949	10.127
	-----	-----
	895.288	739.502

O escalonamento dos Créditos sobre Clientes por prazos de vencimento apresenta-se da seguinte forma:

	<b>Junho 2003</b>	<b>Junho 2002</b>
- Até 3 meses .....	157.788	92.486
- De 3 meses a 1 ano .....	132.311	152.640
- De 1 ano a 5 anos .....	125.974	104.136
- Mais de 5 anos .....	471.920	387.187
- Duração indeterminada .....	16.244	13.180
(Crédito Vencido)	-----	-----
	904.237	749.629

## 15. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZADO

### Reavaliações ocorridas em exercícios anteriores

Rubrica	Custo Histórico	Amort.acum. Históricas	Reavaliação Custo	Reavaliação Amortização	Diploma Legal
Imobilizado Financeiro	232	-	35	-	Acções recebidas gratuitamente por incorporação de reservas no Capital Social
Imobilizado Corpóreo	8.864	1.583	2.566	411	D-L 31/98
<b>Totais</b>	<b>9.096</b>	<b>1.583</b>	<b>2.601</b>	<b>411</b>	

### Reavaliações ocorridas no exercício

Rubrica	Custo Histórico	Reavaliação	Amortização	Mov. Cap. Próprios	Diploma Legal
Imobilizado Financeiro	-	-	-	-	-
Imobilizado Corpóreo	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

Total de Reservas de Reavaliação : 2.190 mil euros.

Não existem amortizações excepcionais resultantes de medidas de carácter fiscal.

## 16. TRESPASSES, DESPESAS DE ESTABELECIMENTO E DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO.

Em 30 de Junho de 2003, encontram-se registados 839 mil euros relativos a despesas de investigação e desenvolvimento com "Procurement" da Nova Plataforma Bancária e Elaboração de Manuais Técnicos, de Procedimentos e Outros.

17. Não foram introduzidas quaisquer correcções ao Activo não imobilizado.

## 18. RECURSOS OBTIDOS

### DÉBITOS PARA COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O saldo dos Débitos para com Instituições de Crédito decompõe-se da seguinte forma:

	<b>Junho 2003</b>	<b>Junho 2002</b>
<b>À Vista</b>		
– No País .....	192	24.507
– No Estrangeiro .....	698	9.511
	-----	-----
	890	34.018
	<b>Junho 2003</b>	<b>Junho 2002</b>
<b>A Prazo ou com pré-aviso</b>		
<b>No País</b>		
– Mercado Monetário Interbancário .....	61.000	76.500
– Depósitos a Prazo e outros recursos .....	104.870	33.588
	-----	-----
	165.870	110.088
<b>No Estrangeiro</b>		
– Depósitos a Prazo e outros recursos .....	11.225	1.303.795
	-----	-----
	177.095	1.413.883
	-----	-----
	<b>177.985</b>	<b>1.447.901</b>
	=====	=====

Quanto ao prazo residual para o vencimento, a situação apresenta-se da seguinte forma:

– Até 3 meses .....	167.485	1.434.901
– De 3 meses a 1 ano .....	10.500	13.000
– De 1 ano a 5 anos .....	-	-
– Mais de 5 anos .....	-	-
– Duração indeterminada .....	-	-
	-----	-----
	177.985	1.447.901

#### DÉBITOS PARA COM CLIENTES

O saldo dos Débitos para com Clientes decompõe-se da seguinte forma:

	<b>Junho 2003</b>	<b>Junho 2002</b>
– Depósitos de Poupança .....	60.363	52.323
– Depósitos à Ordem .....	336.925	276.164
– Depósitos a Prazo .....	433.993	432.445
– Cheques e Ordens a pagar .....	1.070	1.673
– Outros Recursos .....	7	6
	-----	-----
	832.358	762.611

Quanto ao prazo residual para o vencimento, a situação apresenta-se da seguinte forma:

	<b>Junho 2003</b>	<b>Junho 2002</b>
– Até 3 meses .....	638.870	575.195
– De 3 meses a 1 ano .....	193.478	187.399
– De 1 ano a 5 anos .....	10	17
– Mais de 5 anos .....	-	-
– Duração indeterminada .....	-	-
	-----	-----
	832.358	762.611

## DÉBITOS REPRESENTADOS POR TÍTULOS

Não existem débitos representados por títulos sobre empresas participadas e coligadas.

19. Não existem obrigações em circulação, para além dos empréstimos subordinados referidos na Nota 22.

## 20. DÉBITOS PARA COM EMPRESAS PARTICIPADAS

Os débitos para com empresas participadas são discriminados a seguir (valores em milhares de euros):

Companhia Seguros Açoreana	12.381
Banif Açor Pensões	139
Transinsular	16
Sogeo	2
SIBS	19
Norma Açores	637
Cabo TV	1.900
Teatro Micaelense	39
Coliseu Micaelense	85

## 21. DÉBITOS PARA COM EMPRESAS COLIGADAS E ASSOCIADAS

Não aplicável.

22. Os passivos subordinados do BCA referem-se aos empréstimos de obrigações de caixa subordinadas no montante de 29.976 mil euros; e são os seguintes:

### i) Obrigações de Caixa Subordinadas BCA/98 Taxa Variável - 1998 - 2008

Em 27 de Novembro de 1998, o Banco emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 1.000.000 contos representado por 100.000 títulos de 10.000\$00 cada.

Em 25 de Outubro de 2001, procedeu-se à redenominação deste empréstimo obrigacionista, passando esta emissão a estar representada por 498.797.897 obrigações de valor nominal de um cêntimo, no montante total de 4.987.978,97 euros.

Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 27 de Maio e 27 de Novembro e foram calculados, para o 1º cupão, com base na taxa de 4,5%, e para os cupões seguintes a taxa de juro nominal é a que resulta da média aritmética simples das taxas Lisbor a 6 meses, registadas nos últimos cinco dias úteis anteriores ao penúltimo dia útil anterior ao início do período semestral de contagem de juros, adicionada de 0,5% e arredondada para 1/16 do ponto percentual superior. As taxas dos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º cupões foram, respectivamente, de 3,1875%, 4,0625%, 5,25%, 5,75%, 5,125%, 3,875%, 4,25%, 3,5625% e 2,8125%. O empréstimo será amortizado ao par, de uma só vez, em 27 de Novembro de 2008, podendo ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco (“call option”), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º, 12º, 14º, 16º e 18º cupões.

### ii) Obrigações de Caixa Subordinadas BCA/00 Taxa Variável - 2000 - 2010 - 1ª Emissão

Em 23 de Outubro de 2000, o Banco emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 1.000.000 contos representado por 100.000 títulos de 10.000\$00 cada.

Em 25 de Outubro de 2001, procedeu-se à redenominação deste empréstimo obrigacionista, passando esta emissão a estar representada por 498.797.897 obrigações de valor nominal de um cêntimo, no montante total de 4.987.978,97 euros.

Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 23 de Abril e 23 de Outubro e são calculados, durante os cinco primeiros anos de vida do empréstimo, à taxa equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao do início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,75%. A partir do 11º cupão (inclusive) e até ao final da vida do empréstimo, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de 1,15%. As taxas de juro do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º cupões foram de 5,847%, 5,369%, 4,249 %, 4,322%, 3,958% e 3,302%.

iii) Obrigações de Caixa Subordinadas BCA/00 Taxa Variável - 2000 - 2010 - 2ª Emissão

Em 4 de Dezembro de 2000, o Banco emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 10.000.000 Euros representado por 200.000 títulos de 50 Euros cada.

Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 4 de Junho e 4 de Dezembro e são calculados, durante os cinco primeiros anos de vida do empréstimo, à taxa equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao do início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,75%. A partir do 11º cupão (inclusive) e até ao final da vida do empréstimo, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de 1,15%. As taxas de juro do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º cupões foram de 5,848%, 5,258%, 4,037%, 4,438%, 3,768% e 2,981%.

iv) Obrigações de Caixa Subordinadas BCA/02 Taxa Variável - 2002 - 2012

Em 25 de Setembro de 2002, o Banco emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 10.000.000 Euros representado por 200.000 títulos de 50 Euros cada.

Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 25 de Março e 25 de Setembro e são calculados, durante os cinco primeiros anos de vida do empréstimo, à taxa equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao do início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,75%. A partir do 11º cupão (inclusive) e até ao final da vida do empréstimo, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de 1,15%. As taxas de juro do 1º e 2º cupões foram de 4,022% e 3,247%.

23. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

	<b>Junho 2003</b>	<b>Junho 2002</b>
- Garantias e Avals Prestados .....	82.630	71.678
- Créditos Documentários Abertos .....	3.350	1.762
- Cartas de Crédito "Stand By" .....	4.716	5.004
- Activos dados em garantia .....	11.843	-
	-----	-----
	102.539	78.444

24. PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

Os compromissos assumidos em matéria de pensões de reforma e respectivas coberturas encontram-se discriminadas na nota 49 deste Anexo às Contas.

## 25. PROVISÕES

	Saldo em 30/6/02	Dotações	Utilizações	Anulações e Reposições	Transferências	Ajust. por Dif. Cambiais	Saldo em 30/6/03
Para Crédito Cobrança Duvidosa .	1.168	109	-	557	-	-	720
Aplicações em IC's no País	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em IC's no Estrangeiro	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Participadas	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Coligadas	-	-	-	-	-	-	-
Outros Créditos	1.168	109	-	557	-	-	720
Para Crédito e Juros Vencidos ....	8.110	1.565	10	1.292	-210	-	8.163
Aplicações em IC's no País	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em IC's no Estrangeiro	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Participadas	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Coligadas	-	-	-	-	-	-	-
Outros Créditos	8.110	1.565	10	1.292	-210	-	8.163
Para Títulos Rend.Fixo Vencidos	437	-	-	-	-	-	437
Para Depreciação de Títulos	1.797	203	-	328	444	-	2.116
Para Outras Aplicações	669	-	48	5	-	-	616
Para Imobilizações Financeiras	3	1	-	-	-	-	4
Para Riscos Gerais de Crédito ....	8.298	875	-	41	-234	-	8.898
Para Riscos Bancários Gerais . ...	464	-	-	-	-	-	464
-	-	-	-	-	-	-	-
Para Risco País.....	67	12	-	13	-	-	66
Disponibilidades ....	-	-	-	-	-	-	-
Crédito Concedido.	67	12	-	13	-	-	66
Títulos .....	-	-	-	-	-	-	-
Outros .....	74	1.474	-	-	-	-	1.548
Para Pensões de Reforma e Sobrevi.	-	-	-	-	-	-	-
	21.087	4.239	58	2.236	-	-	23.032

## 26. Títulos de Negociação, de Investimento e Participações Financeiras

Os Títulos de Negociação de Rendimento Fixo são registados pelo valor de aquisição e reavaliados diariamente com base na cotação de mercado, capital mais juros corridos. Na ausência de cotação, o valor da componente capital corresponde à diferença entre o valor de aquisição e os juros corridos, calculados à taxa nominal. Os Títulos de Negociação de Rendimento Variável que fazem parte dos índices BVL 30 ou PSI 20, são igualmente registados pelo valor de aquisição e reavaliados diariamente com base na cotação do mercado. As diferenças de reavaliação apuradas são registadas em Contas de Proveitos ou Custos por Natureza. Se os títulos não estiverem inseridos nos índices BVL30 ou PSI20 então as diferenças entre o custo de aquisição e o seu valor de mercado são registadas em Contas Internas e de Regularização e só são relevadas em Custos ou Proveitos após a efectivação da venda.

Os Títulos de Investimento de Rendimento Fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados pelo valor de aquisição e os emitidos a valor descontado são registados pelo valor de reembolso (nominal).

Os Títulos de Investimento de Rendimento Variável e as Participações Financeiras, são mantidos ao custo de aquisição. As menos valias resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado estão integralmente cobertas por provisões.

26-A) Não existem Títulos a Vencimento que tenham sido alienados ou transferidos durante este exercício, e antes do seu vencimento, para outras rubricas de Títulos.

## 27. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO ACTIVAS

ACTIVAS	Junho 2003	Junho 2002
- Proveitos a Receber .....	4.387	10.365
- Despesas com Custo Diferido .....	9.792	10.791
- Outras Contas de Regularização .....	1.967	1.713
- Flutuação de Valores.....	4.658	2.939
	-----	-----
	20.804	25.808

PASSIVAS	Junho 2003	Junho 2002
- Receitas com Proveito Diferido .....	545	509
- Custos a Pagar .....	4.705	10.198
- Responsabilidades c/Férias e Sub.Férias .....	1.319	1.681
- Outras Contas de Regularização .....	4.973	2.837
	-----	-----
	11.542	15.225

## 28. CARTEIRA DE TÍTULOS

### OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO

A composição desta rubrica encontra-se discriminada no Inventário de Títulos e Participações Financeiras, incluída neste Relatório.

Sinteticamente, a composição é a seguinte:

	Junho 2003	Junho 2002
Obrigações Emitidas Emissores Públicos:		
Títulos de Dívida Pública Portuguesa .....	13.068	10.961
Obrigações de O/Emissores Públicos .....	3.126	3.191
	-----	-----
Saldo Bruto	16.194	14.152
Provisões .....	1	238
	-----	-----
Saldo Líquido	16.193	13.914

<b>Obrigações Emitidas por Outros Emissores, Residentes:</b>		
- Obrigações de Caixa Subordinadas.....	1.147	2.945
- Outras Obrigações, não Vencidas .....	6.370	9.105
- Papel Comercial .....	9.622	6.700
- Outras Obrigações, Vencidas .....	437	437
	<u>17.576</u>	<u>19.187</u>
<b>Obrigações Emitidas por Outros Emissores, não Residentes:</b>		
- Obrigações de Caixa Subordinadas.....	-	-
- Outras Obrigações, não vencidas .....	1.778	1.789
- Papel Comercial .....	-	-
	<u>1.778</u>	<u>1.789</u>
Saldo Bruto	19.354	20.976
Provisões .....	513	530
	<u>18.841</u>	<u>20.446</u>
Saldo Líquido		

#### ACÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL

A composição desta rubrica do Balanço encontra-se discriminada no Inventário de Títulos e Participações Financeiras incluída neste Relatório, sendo:

	<b>Junho 2003</b>	<b>Junho 2002</b>
- Acções, emitidas por Residentes .....	1.510	1.510
- Unidades de Participação emitidos por Residentes	3.543	4.040
- Acções, emitidas por Não Residentes .....	-	146
- Unidades de Participação, Não Residentes .....	1.806	1.953
- Outros Títulos .....	3.109	3.493
	<u>9.968</u>	<u>11.142</u>
Saldo Bruto	9.968	11.142
- Provisões .....	2.039	1.352
	<u>7.929</u>	<u>9.790</u>
Saldo Líquido		

a) As diferenças, em 30 de Junho de 2003, entre o valor contabilístico dos Títulos de Investimento e o seu valor nominal, apresenta-se da seguinte forma:

- Títulos emitidos por valor inferior ao valor de reembolso .....	-
- Títulos adquiridos por valor superior ao seu valor nominal .....	698 mil euros
- Títulos adquiridos por valor inferior ao seu valor nominal .....	6 mil euros
- Títulos a vencimento, alienados antes do respectivo reembolso .....	-

b) As Provisões para Obrigações e outros Títulos de Rendimento Fixo decompõem-se, em 30/06/03, da seguinte forma:

<u>Títulos Vencidos</u>	
OB. AGERG	25
OB.FNACINVESTE/91	387
OB.COBRE/87 –SÉRIE	25
<u>De outros emissores – residentes</u>	
OB. GRA 1992/2005 1ª EM.	1
OB. CEMG/98	2
OB. IMOLOC 1998/2003	63
OB.PETROGAL 1994/2004 1ª EM.	2
OB.MUNDICENTER 1997/2004	4
OB.CAIXA SUB BCP 95/2005	3
OB.Petrogal 1996/2003 2ª EM	2
Total de Provisões	<u>514</u>

As provisões para depreciação de Títulos de Rendimento Variável decompõem-se, em 30/06/03, da seguinte forma, em milhares de euros:

<u>Acções Emitidas por Residentes</u>	
PORTUGAL TELECOM	52
IMPRESA SGPS	97
SONAE SGPS	52
SEMAPA SGPS	66
EDP NOM	115
INAPA	234
<u>Unidades de Participação - residentes</u>	
BANIFUNDO ESTRATÉGIA AGRESSIVA	26
BANIFUNDO ESTRATÉGIA EQUILIBRADA	24
BANIFUNDO EURO ACÇÕES	924
<u>Unidades de Participação - não residentes</u>	
EUROPEAN EQUITY FUND	32
PORTUGAL EQUITY FUND	18
BALANCE STARTEGY FUND	3
AGGRESSIVE STRATEGY FUND	16
BRAZILIAN EQUITY FUND	9
BRAZILIAN BOND FUND	17
<u>Outros Valores – não residentes</u>	
Atlantes Finance nº 1 Residual Certificates	182
Atlantes Finance nº 2 Class D Notes	172
Total de Provisões	<u>2.039</u>

As diferenças, em 30 de Junho de 2003, entre o valor contabilístico dos Títulos de Investimento e o seu valor de mercado, apresenta-se da seguinte forma:

- Títulos adquiridos por valor superior ao valor de mercado .....	77 mil euros
- Títulos adquiridos por valor inferior ao valor de mercado .....	811 mil euros

c) Não existem títulos em carteira de negociação.

d) Não existem títulos em carteira de negociação.

29. Não foram subscritas acções no 1º semestre de 2003.

30. Na sequência da 5ª fase de reprivatização do Banco Comercial dos Açores, SA, realizada em 10 de Abril de 2003, a Região Autónoma dos Açores alienou a totalidade da sua participação de 15% no Capital Social do Banco, deixando de deter direitos especiais, estipulados no Decreto-Lei nº 91/95, de 9 de Maio, dos quais se destacavam o direito de veto em deliberações da Assembleia Geral, referido no artigo 5º deste decreto e o poder de designar um dos membros do Conselho de Administração.

31.

OUTROS ACTIVOS	Junho 2003	Junho 2002
- Devedores .....	8.583	4.034
- Ouro e O/Materiais Preciosos, Numismática, Medalhística e O/Disponibilidades ...	321	367
- Imóveis não afectos ao serviço.....	8.418	4.995
- Outras Aplicações .....	3	3
	-----	-----
	17.325	9.399
 OUTROS PASSIVOS		
	Junho 2003	Junho 2002
- Exigibilidades Diversas .....	3.149	2.922
- Credores .....	763	865
- Fornec.de Imobilizado em Locação .....	123	247
- Outros Passivos .....	1.591	1.256
	-----	-----
	5.626	5.290

32. Fundos que administra em nome próprio, mas por conta de outrem

O Banco não administra quaisquer fundos em nome próprio, mas por conta de outrem.

33. Contratos por vencer, bem como as posições em aberto com contratos de derivados.

Não existem operações desta natureza.

34. O numero efectivo médio de trabalhadores ao serviço do BCA foi de 446.

O BCA apresentava, no final do 1º Semestre de 2003, o seguinte quadro de pessoal distribuído pelas várias categorias profissionais:

	<b>Junho 2003</b>	<b>Junho 2002</b>
– Direcção .....	22	21
– Técnicos .....	23	19
– Quadros Intermédios .....	107	113
– Administrativos.....	277	278
– Outros.....	14	16
	-----	-----
	443	447
Nr. Médio de efectivos no ano.....	446	447

#### CUSTOS COM O PESSOAL

	<b>Junho 2003</b>	<b>Junho 2002</b>
– Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização .....	677	641
– Remuneração de Empregados .....	5.086	4.812
– Encargos com Pensões .....	837	785
– Outros Encargos .....	1.137	939
	-----	-----
	7.737	7.177

35. As remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização, elevam-se a 676,9 mil euros, em 30 de Junho de 2003.

Os membros do Conselho de Administração do BCA, auferiram uma remuneração total de 665,5 mil euros.

Os membros do órgão de fiscalização do Banco (excluindo o respectivo ROC) auferiram uma remuneração total de 11,4 mil euros.

Não existem quaisquer créditos concedidos aos membros destes órgãos, para além dos que resultam de políticas de pessoal e para fins sociais.

36. O Banco não dispõe de serviço de gestão e representação de terceiros com dimensão significativa.
37. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, em 30 de Junho 2003, correspondem a 74.786 e 73.990 mil euros, respectivamente.

38. ELEMENTOS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DO BALANÇO

POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Resto do Mundo	Reconciliação	TOTAL
Juros e Proveitos Equiparados	24.212	0	0	901	0	0	0	0	0	25.113
Juros e Custos Equiparados	9.024	0	0	901	0	0	0	0	0	9.925
Margem financeira	15.188	0	0	0	0	0	0	0	0	15.188
Comissões e outros proveitos	4.938	0	0	0	0	0	0	0	0	4.938
Comissões e outros custos	460	0	0	0	0	0	0	0	0	460
Rendimento de títulos	464	0	0	0	0	0	0	0	0	464
Lucros em operações financeiras	823	0	0	1	0	0	0	0	0	824
Prejuízos em operações financeiras	433	0	0	1	0	0	0	0	0	434
Outros impostos	120	0	0	0	0	0	0	0	0	120
Produto bancário	20.400	0	0	0	0	0	0	0	0	20.400
Custos com Pessoal	7.737	0	0	0	0	0	0	0	0	7.737
Outros gastos administrativos	4.027	0	0	0	0	0	0	0	0	4.027
Cash Flow	8.636	0	0	0	0	0	0	0	0	8.636
Reposição e amulações provisões	2.236	0	0	0	0	0	0	0	0	2.236
Provisões do exercício	4.239	0	0	0	0	0	0	0	0	4.239
Amortização do exercício	1.351	0	0	0	0	0	0	0	0	1.351
Resultado de exploração	5.283	0	0	0	0	0	0	0	0	5.283
Ganhos/(perdas) extraordinários	-469	0	0	0	0	0	0	0	0	-469
Resultados antes de impostos	4.814	0	0	0	0	0	0	0	0	4.813
Imposto sobre lucros	1.398	0	0	0	0	0	0	0	0	1.398
Resultado líquido do exercício	3.416	0	0	0	0	0	0	0	0	3.415
Crédito sobre clientes	904.237	0	0	0	0	0	0	0	0	904.237
Débitos para c/ clientes	779.988	0	0	52.369	0	0	0	0	0	832.357
Activo líquido total	1.098.085	0	0	52.869	0	0	0	0	0	1.150.954

POR MERCADOS SECTORIAIS

	2003		2002	
	VALOR	%	VALOR	%
Comércio, Restaurantes e Hotéis	267	0,85	388	0,72
Indústrias Transformadoras	139	0,44	179	0,33
Serviços	469	1,50	439	0,81
Construção e Obras Públicas	1.377	4,39	1.262	2,33
Transportes e Comunicações	775	2,47	1.347	2,49
Particulares	12.068	38,51	14.167	26,15
Outros Sectores	16.245	51,83	36.388	67,17

POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO

	Corporate finance	Trading and sales	Corretagem (retalho)	Banca de Retalho	Banca Comercial	Pagamentos e liquidações	Custódia	Gestão de Activos	Outros	Reconciliação	TOTAL
Juros e Proveitos Equiparados	0	867	0	11.022	13.192	0	0	0	33	0	25.113
Juros e Custos Equiparados	0	544	0	4.450	4.866	0	0	0	66	0	9.925
<b>Margem financeira</b>	<b>0</b>	<b>323</b>	<b>0</b>	<b>6.571</b>	<b>8.326</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-33</b>	<b>0</b>	<b>15.188</b>
Comissões e outros proveitos	146	44	12	2.461	1.774	318	16	70	97	0	4.938
Comissões e outros custos	35	0	11	339	0	50	14	0	12	0	460
Rendimento de títulos	0	464	0	0	0	0	0	0	0	0	464
Lucros em operações financeiras	0	824	0	0	0	0	0	0	0	0	824
Prejuízos em operações financeiras	0	434	0	0	0	0	0	0	0	0	434
Outros impostos	1	7	0	51	59	2	0	0	0	0	120
<b>Produto bancário</b>	<b>110</b>	<b>1.213</b>	<b>0</b>	<b>8.643</b>	<b>10.041</b>	<b>267</b>	<b>3</b>	<b>70</b>	<b>52</b>	<b>0</b>	<b>20.400</b>
Custos com Pessoal	42	460	0	3.278	3.808	101	1	26	20	0	7.737
Outros gastos administrativos	22	239	0	1.706	1.982	53	0	14	10	0	4.027
<b>Cash Flow</b>	<b>47</b>	<b>514</b>	<b>0</b>	<b>3.659</b>	<b>4.251</b>	<b>113</b>	<b>1</b>	<b>29</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>8.636</b>
Reposição e anulações provisões	0	328	0	911	992	0	0	0	5	0	2.236
Provisões do exercício	9	325	0	1.771	2.106	21	0	5	1	0	4.239
Amortização do exercício	7	80	0	572	665	18	0	5	3	0	1.351
<b>Resultado de exploração</b>	<b>31</b>	<b>435</b>	<b>0</b>	<b>2.226</b>	<b>2.473</b>	<b>74</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>5.283</b>
Ganhos/(perdas) extraordinários	0	0	0	0	0	0	0	0	-469	0	-469
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>31</b>	<b>435</b>	<b>0</b>	<b>2.226</b>	<b>2.473</b>	<b>74</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>-447</b>	<b>0</b>	<b>4.813</b>
Imposto sobre lucros	8	116	0	592	657	20	0	5	0	0	1.398
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>23</b>	<b>320</b>	<b>0</b>	<b>1.634</b>	<b>1.815</b>	<b>55</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>-447</b>	<b>0</b>	<b>3.415</b>
Crédito sobre clientes	0	0	0	439.756	464.482	0	0	0	0	0	904.237
Débitos para c/ clientes	0	0	0	567.484	264.874	0	0	0	0	0	832.357
Activo líquido total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.150.954

39.

OUTROS CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

	Junho 2003	Junho 2002
- Donativos e Quotizações .....	49	13
- Custos de Avaliações .....	-	-
- Menos valias venda Imobiliz. de Locação Financeira .....	-	-
- Outros .....	5	3
	-----	-----
	54	16

**PERDAS EXTRAORDINÁRIAS**

	<b>Junho 2003</b>	<b>Junho 2002</b>
- Menos Valias na Venda de Imobilizado .....	1	
- Prejuízos de Exercícios Anteriores .....	1.400	1.252
- Outros .....	54	91
	-----	-----
	1.455	1.343

**OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO**

	<b>Junho 2003</b>	<b>Junho 2002</b>
- Proveitos por Prestação de Serviços .....	30	28
- Reembolsos de Despesas .....	963	775
- Rendimentos de Imóveis .....	6	8
- Mais valias venda Imobiliz. de Locação Financeira .....	-	-
- Outros Proveitos .....	1.213	932
	-----	-----
	2.212	1.743

**GANHOS EXTRAORDINÁRIOS**

	<b>Junho 2003</b>	<b>Junho 2002</b>
- Indemnizações .....	-	-
- Lucros na Venda de Imóveis .....	30	441
- Outros .....	956	59
	-----	-----
	986	500

40. Relativamente a passivos subordinados, estão imputados ao exercício de 2003 o montante de 544 mil euros de juros, dos quais 153 mil euros encontram-se na conta "Custos a Pagar", respeitantes aos empréstimos obrigacionistas no montante global de 29.976 mil euros, dos quais se encontram em circulação 29.976 mil euros.

41. **Carga Fiscal**

As diferenças entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal paga referente aos mesmos são:

Exercício	Carga Fiscal		Diferença
	Imputada	Paga	
2001	2.249	2.855	(606)
2002	2.826	2.756	70
2003	1.398	235	1.163

42. **Proporção do I.S.L. que incide sobre os resultados correntes e os resultados extraordinários**

A proporção em que o imposto sobre lucros imputado ao exercício de 2003 incide sobre os Resultados Correntes e os Extraordinários, é a seguinte :

Referentes a Resultados Correntes	108,68 %
Referentes a Resultados Extraordinários	-8,68 %

43. As contas do Banco são consolidadas na Banif SGPS, como Empresa-Mãe do Grupo Banif.
44. O Banco não tem empresas filiais instaladas noutros Estados membros da Comunidade Europeia, dispensadas da fiscalização e da publicação da Demonstração de Resultados.
45. O Balanço de 30 de Junho de 2003, contempla na rubrica “Imobilizações Corpóreas” equipamento informático adquirido em regime de locação financeira no valor bruto de 261,9 mil euros e amortizações acumuladas de 131 mil euros.
46. Não existem compensações entre saldos devedores e credores, em contas de terceiros e em Contas Internas de Regularização.
47. As operações realizadas com entidades em relação às quais existam relação de domínio ou que sejam filiais da mesma empresa mãe geraram os seguintes valores, de acordo com as respectivas rubricas da Demonstração de Resultados, e excluindo os juros recebidos ou pagos relativos a operações de tomadas e cedências de fundos nos mercados interbancários:

	(em mil euros)
<b>DÉBITO</b>	
1. Juros e Custos Equiparados	-
2. Comissões	-
3. Prejuízos em Operações Financeiras	-
4-b) Fornecimentos e Serviços de Terceiros	971
6. Outros Custos de Exploração	-
	<u>971</u>

	(em mil euros)
<b>CRÉDITO</b>	
1. Juros e Proveitos Equiparados	-
2. Rendimentos de Títulos	306
3. Comissões	112
4. Lucros em Op. Financeiras	-
7. Outros Proveitos de Exploração	<u>150</u>
	568

**48. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO**

A exemplo de outros grupos financeiros nacionais, o Grupo Banif, através do Deutsche Bank, concretizou duas operação de titularização de créditos pessoais e de contratos de leasing, em 17 de Novembro de 1999 e em 10 de Maio de 2002, designadas “Atlantes Nº 1” e “Atlantes Nº 2”, respectivamente.

Na operação “Atlantes Nº 1”, no valor de 200 milhões de Euros, estiveram envolvidas, na qualidade de cedentes de créditos pessoais, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (com cerca de 57,5 milhões de Euros), o Banco Comercial dos Açores, SA (com cerca de 32,1 milhões de Euros) e a Mundicre – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, SA – actual Banif

Crédito - SFAC, SA (com cerca de 25,5 milhões de Euros) e, na qualidade de cedente de contratos de leasing, a Mundileasing – Sociedade de Locação Financeira, SA – actual Banif Leasing, SA (com cerca de 84,9 milhões de Euros).

Esta operação “Atlantes Nº 1” tem uma duração máxima prevista de 9,5 anos e um período de revolving de 2,5 anos, que terminou em Maio 2002, durante o qual as entidades envolvidas puderam proceder, trimestralmente, à alienação de novos créditos pessoais e contratos de leasing, destinados a substituir os créditos e contratos entretanto reembolsados. Esta faculdade de reposição do valor dos créditos e contratos cedidos estava condicionada à verificação de uma série de condições relacionadas com as características desses créditos e contratos e à manutenção de níveis de delinquência e de contencioso dentro de limites máximos definidos na documentação da operação. De notar que esta faculdade de reposição foi exercida pelas empresas do Grupo Banif na sua totalidade.

No âmbito da operação “Atlantes Nº 2”, no valor total de 300 milhões de Euros, foram já cedidos créditos no valor de 150 milhões de Euros, estando envolvidas, na qualidade de cedentes de créditos pessoais, o Banif (com cerca de 65,4 milhões de Euros) e o Banco Comercial dos Açores (com cerca de 24,6 milhões de Euros) e, na qualidade de cedente de contratos de leasing, a Mundileasing (com cerca de 60,0 milhões de Euros).

Esta operação “Atlantes Nº 2” tem igualmente uma duração máxima prevista de 9,5 anos e um período de revolving de 2,5 anos, não tendo o Grupo Banif exercido a opção de efectuar uma nova cedência de créditos no valor máximo de 150 milhões de Euros com vista a atingir o valor global da operação de 300 milhões de Euros.

À semelhança do verificado na operação “Atlantes Nº 1”, durante período de revolving da operação “Atlantes Nº 2”, as entidades envolvidas podem proceder, trimestralmente, à alienação de novos créditos pessoais e contratos de leasing, destinados a substituir os créditos e contratos entretanto reembolsados. Esta faculdade de reposição do valor dos créditos e contratos cedidos está também condicionada à verificação de uma série de condições relacionadas com as características desses créditos e contratos e à manutenção de níveis de delinquência e de contencioso dentro de limites máximos definidos na documentação da operação.

No âmbito desta operação “Atlantes Nº 2” e ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos, designado Atlantes Finance No. 2 Fundo, actualmente administrado pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, SA, que adquiriu aos cedentes os créditos pessoais e os contratos de leasing, financiando-se através da emissão de unidades de participação do Fundo.

Através destas operações de titularização o risco associado aos créditos pessoais e aos contratos de leasing cedidos pelas entidades do Grupo Banif foi integralmente transferido para sociedades veículo, no caso da operação “Atlantes Nº 1”, para a sociedade Atlantes No. 1 Limited sediada em Jersey, nas Ilhas do Canal, e no caso da “Atlantes Nº 2”, para a sociedade Atlantes Finance No. 2 Plc, sediada em Dublin, na Irlanda.

Para se financiar, a sociedade Atlantes No. 1 Limited emitiu títulos de dívida (Notes) no valor global de 200 milhões de Euros, com uma vida máxima de 9,5 anos, garantidos exclusivamente por esses créditos pessoais e contratos de leasing, e Certificados Residuais (Residual Certificates), títulos com maior grau de subordinação e sem notação de rating, com um valor nominal de 16,768 milhões de Euros e a mesma maturidade.

A sociedade Atlantes Finance No. 2 Plc, para se financiar, emitiu igualmente títulos de dívida (Notes) no valor global de 160,325 milhões de Euros, com uma vida máxima de 9,5 anos, garantidos exclusivamente por esses créditos pessoais e contratos de leasing. O montante referido inclui 10,325 milhões de Euros de Class D Notes, títulos com maior grau de subordinação e sem notação de rating que foram adquiridos por entidades do Grupo Banif.

As sociedades Atlantes No. 1 Limited e Atlantes Finance No. 2 Plc têm como única actividade deter as carteiras de créditos pessoais e de contratos de leasing vendidas pelo Grupo Banif, pelo que o pagamento do capital e juros das Notes emitidas por estas entidades dependerá exclusivamente da performance dessas carteiras e dos valores obtidos com a emissão dos Residual Certificates e das Class D Notes.

O Grupo Banif não poderá, assim, ser responsabilizado por um eventual montante de incumprimentos das carteiras de crédito ao consumo e de contratos de leasing vendidas, superiores aos valores de Balanço dos referidos Residual Certificates e Class D Notes escriturados nos seus livros.

Dos 200 milhões de Euros de Notes emitidas pela Atlantes No. 1 Limited foram atribuídas, pelas Agências de Rating Standard & Poor's e Fitch IBCA, as notações de rating "AAA" a 182 milhões de Euros (Senior Secured Floating Rate Notes), "AA" a 10 milhões de Euros (Mezzanine Secured 5,515% Notes) e "A" a 8 milhões de Euros (Junior Secured Floating Rate Notes). As Notes com as notações de rating "AAA" e "A" foram emitidas a taxas de juro variáveis indexadas à taxa Euribor a 3 meses, enquanto que as Notes com a notação de rating "AA" foram emitidas a taxa fixa.

A sociedade Atlantes Finance No. 2 Plc emitiu 150 milhões de Euros de Notes com as seguintes notações de rating atribuídas pelas Agências de Rating Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings: "AAA" a 139,5 milhões de Euros (Class A Secured Floating Rate Notes); "A", "A1" e "A+", respectivamente, a 7,35 milhões de Euros (Class B Secured Floating Rate Notes); e "BBB", "Baa2" e "BBB", respectivamente, a 3,15 milhões de Euros (Class C Secured Floating Rate Notes). Todas estas Notes com notação de rating foram emitidas a taxas de juro variáveis indexadas à taxa Euribor a 3 meses.

As remunerações dos Residual Certificates e das Class D Notes são variáveis e dependentes do comportamento dos créditos cedidos, correspondendo às mais valias e aos lucros residuais apurados nas Sociedades Veículo, sendo pagas trimestralmente e reconhecidas como proveito na conta de exploração das entidades detentoras dos títulos.

As Notes com notação de rating, emitidas pelas referidas Sociedades Veículo, foram integralmente colocadas pelo Deutsche Bank nos mercados financeiros internacionais, pelo que nenhuma sociedade do Grupo Banif as detém nos seus activos ou as transaccionou até 30 de Junho de 2003.

Em 30 de Junho de 2003, o valor nominal das Senior Secured Floating Rate Notes emitidos pela Atlantes No. 1 Limited, após os reembolsos parciais já ocorridos, era de 111,1 milhões de Euros. Não ocorreu ainda qualquer reembolso das Notes com notação de rating emitidas pela Atlantes Finance No. 2 Plc.

Os Residual Certificates e as Class D Notes, por outro lado, são detidos na sua totalidade por sociedades do Grupo Banif, sendo o seu valor bruto de balanço em 30 de Junho de 2003 de cerca de 7,014 milhões de Euros e 8,982 milhões de Euros, respectivamente. De referir que, actualmente, os Residual Certificates emitidos pela Atlantes No. 1 Limited representam, na sua quase totalidade, as disponibilidades de caixa (Cash Reserve) da sociedade veículo (6,529 milhões de Euros), o mesmo se verificando com parte substancial do valor das Class D Notes (5,775 milhões de Euros).

Em 30 de Junho de 2003, o Banco Comercial dos Açores, SA tinha registado na sua carteira de títulos: Residual Certificates emitidos pela Atlantes nº 1, Limited com um valor nominal inicial de 2.700 milhares de Euros e com um valor bruto de Balanço de 1.130 milhares de Euros; e Class D Notes emitidos pela Atlantes Finance No. 2 Plc, com um valor nominal de 2.275 milhares de Euros e um valor bruto de balanço de 1.979 milhares de Euros. Nos termos do recente entendimento do Banco de Portugal relativamente à classificação das provisões para os créditos cedidos no âmbito das operações de titularização, à referida data, as provisões totais afectas a estes títulos ascendiam, respectivamente, a 172,5 milhares de Euros e 181,9 milhares de Euros, pelo que o seu valor líquido de balanço ascende a 957,5 milhares de Euros e 1.797 milhares de Euros, respectivamente.

Para além das já referidas entidades do Grupo Banif, que intervêm nestas operações de titularização na dupla qualidade de entidades cedentes dos créditos e de agentes administradores (servicers) dos mesmos por conta e em representação das sociedades Atlantes No. 1 Limited e Atlantes Finance No. 2 Plc, e da Navigator – SGFTC, SA, na sua qualidade de sociedade gestora do Fundo Atlantes Finance No. 2, intervêm ainda nesta operação várias entidades do Grupo Deutsche Bank, na qualidade de entidades adquirentes, agentes, agentes pagadores, gestores de liquidez (cash administrators), contrapartes de swaps e trustees.

Pelo serviço administrativo de gestão e cobrança dos créditos objecto das operações de titularização, cada entidade do Grupo Banif que efectuou a venda dos créditos pessoais ou dos contratos de leasing recebe, anualmente, uma comissão (Servicing Fee) de 1% do valor da carteira por si titularizada.

No registo destas transacções e dos fluxos associados, têm sido seguidos pelas sociedades do Grupo Banif os princípios e políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, tendo, assim, os activos cedidos deixado de constar dos balanços das entidades cedentes, estando registados em contas de ordem e sendo imediatamente reconhecidos como proveitos as diferenças entre o valor nominal dos créditos cedidos e o valor da cedência. No que respeita ao provisionamento dos activos cedidos tem sido seguido o disposto no Aviso nº 3/95 e na Instrução nº 27/2000 do Banco de Portugal.

Neste contexto e com referência a 30 de Abril de 2003, data do ultimo rollover efectuado até 30 de Junho de 2003, a sociedade veículo Atlantes nº 1, Limited tinha riscos associados a contratos de

crédito pessoal cedidos pelo Banco Comercial dos Açores, SA no valor de cerca de 16,4 milhões de Euros, com uma duração média remanescente de 30,3 meses e uma taxa de juro média ponderada de 11,779%.

Com referência a 30 de Junho de 2003, data do ultimo rollover, a sociedade veículo Atlantes Finance No. 2 Plc tinha riscos associados a contratos de crédito pessoal cedidos pelo Banco Comercial dos Açores, SA no valor de cerca de 34 milhões de Euros, com uma duração média remanescente de 49,1 meses e uma taxa de juro média ponderada de 11,837%.

49. Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário, o Banco Comercial dos Açores, SA, assume a responsabilidade do pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados ou às suas famílias, uma vez que estes não se encontram integrados no sistema nacional de segurança social.

O Banco Comercial dos Açores, SA, com vista ao financiamento das suas responsabilidades neste domínio, constituiu, em 30 de Dezembro de 1988, ao abrigo do Decreto-Lei nº 396/86, de 25 de Novembro, um Fundo de Pensões autónomo. A entidade gestora deste Fundo de Pensões é a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

A partir do exercício de 2001, inclusivé, a cobertura destas responsabilidades e o reconhecimento do custo com as contribuições para o Fundo de Pensões passaram a observar o regime estabelecido no Aviso 12/2001 do Banco de Portugal, de 23 de Novembro. Nos termos deste Aviso, deverá ser efectuada uma avaliação actuarial com referência ao final de cada exercício.

Relativamente a 31 de Dezembro de 2002, o Fundo abrangia uma população de 159 Pensionistas e 452 Activos.

As responsabilidades e respectivas coberturas eram naquela data:

Responsabilidades	
Valor Actual das Pensões em Pagamento	26.959
Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Passados	29.394
Total	<u>56.353</u>
Cobertura das Responsabilidades	
Valor do Fundo de Pensões	49.450
Saldo Plano Amortização (al.c), nº1 do Aviso 12/2001)	5.727
Valores a Pagar	1.598
Total	<u>56.775</u>

O plano de amortização, previsto na alínea c) do nº 1 do Aviso 12/2001 do Banco de Portugal, respeita à insuficiência de financiamento das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo em 31 de Dezembro de 1994, cuja data presumível de reforma tenha ocorrido, ou venha a ocorrer, depois de 31 de Dezembro de 1997, e que está a ser reconhecido como custo e financiado de acordo com aquele plano de amortização, de prestações uniformes por 20 anos, que termina em 31/12/2014.

Os valores a pagar correspondem à parte não financiada das responsabilidades, nos termos do nº 5º do Aviso 12/2001, que se encontram reconhecidas como um passivo do Banco, relevadas na conta

“395- Outras Exigibilidades – Contribuições para Fundo de Pensões”. Em 30 de Junho de 2003, o saldo desta rubrica era de 2.312 milhares de euros.

O excesso de cobertura verificado em 31 de Dezembro de 2002 era relativo aos juros da prestação anual do plano de amortização acima referido, cuja contabilização irá ser revista na sequência da resposta a um pedido de esclarecimento apresentado ao Banco de Portugal.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2002, era de 24.253 milhares de euros.

No 1º semestre de 2003, o Banco reconheceu os seguintes custos com cobertura de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência:

+ Custo do serviço corrente	658
+ Custo dos juros	1.690
- Rendimento esperado dos activos do Fundo	1.511
+ Custo dos serviços passados (al. C) do nº 1º do Aviso	360
+ Custo de programas de reformas antecipadas	892
Total	<u>2.089</u>

Em 30 de Junho de 2003, o Banco tem registado em conta específica de “Flutuação de Valores”, por não ultrapassar os limites do “corredor” fixado na alínea e) do nº 1) do nº 2º do Aviso 12/2001, o montante de 4.658 milhares de euros, apurado com referência a 31 de Dezembro de 2002.

Durante o 1º semestre de 2003, o Fundo de Pensões pagou pensões no valor de 980 milhares de euros e recebeu contribuições no valor de 1.053 milhares de euros, relativos a contribuições extraordinárias, que foram realizadas em numerário.

O Banco utiliza, por arrendamento, dois imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 1.197 milhares de euros.

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados na avaliação actuarial efectuada com referência a 31 de Dezembro de 2002 foram:

Método de valorização actuarial:	Unit Credit Projected (UCP)
Taxa de desconto:	6,00%
Taxa de rendimento esperado dos activos do fundo:	6,00%
Taxa esperada de crescimento dos salários e out. benef.:	3,00%
Taxa esperada de crescimento das pensões:	2,00%
Tábua de mortalidade:	TV 73/77
Tábua de invalidez:	EVK 80
Tábua de turnover:	Não aplicada
Tipo de decrementos utilizados:	Invalidez 3) artº 7º Aviso 12/2001

Os principais valores efectivamente verificados no exercício de 2002 foram:

Taxa de rendibilidade do valor do fundo de pensões:	3,08%
Taxa de crescimento dos salários e out. benef.:	4,02%
Taxa de crescimento das pensões:	2,76%
Taxa de mortalidade:	0,65%
Taxa de invalidez:	0,00%
Taxa de turnover:	1,33%

50. De acordo com o Aviso nº 4/2002, o Banco efectuou o cálculo de provisionamento e de dedução aos Fundos Próprios das menos valias latentes em participações financeiras como a seguir se indica:

	S.Líquida	% detida	Valor Aquisição	Valor Balanço	Valor transação	15% balanço	MValia latente	MV excede 15% V.Bal.
Unicre	23.095	0,485%	241	241	168	36	-73	-37
Sibs	50.700	1,399%	308	308	1.064	46	756	802
Banif Açor Pensões	2.450	10,811%	240	240	397	36	157	193
Companhia Seguros Açoreana	57.871	14,069%	4.301	4.301	12.213	645	7.911	8.557
Sogeo	13.727	0,689%	122	122	142	18	20	38
Cabo TV Açoreana	10.000	10,000%	356	356	1.500	53	1.144	1.198
Norma Açores	1.163	12,500%	50	50	218	7	168	176
Transinsular (Açores)	267	6,667%	11	11	27	2	16	17
Coliseu Micaelense	67	0,083%	-	-	-	-	-	-
Teatro Micaelense	67	0,083%	-	-	5	-	5	5

De acordo com o regime transitório do Aviso nº 4/2002 aplicável à menos valia latente de 37 mil euros, que excede 15% do valor de balanço, o Banco está a registar, por um período de 10 anos, o montante de 15 mil euros em provisões do exercício e a deduzir 26 mil euros aos Fundos Próprios. O valor imputado a custos do exercício por via das provisões foi de 1,1 mil euros.

Existe uma provisão constituída para a totalidade da participação financeira no Atlântico Clube Internacional Férias Açores (€ 1.246,99), ao abrigo do Aviso nº 3/95, uma vez que a empresa se encontra inactiva e como tal não são conhecidos valores de mercado.

O total de provisões à data de encerramento do Balanço é:

Participação	Provisão constituída
Unicre	€2.937,27
Atlântico Clube Inter.Férias Açores	€1.246,99
<b>Total</b>	<b>€4.184,26</b>

## 51. OUTRAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

### a) CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

	<b>Junho 2003</b>	<b>Junho 2002</b>
- Notas e Moedas Nacionais .....	4.329	4.632
- Notas e Moedas Estrangeiras .....	493	645
- Depósitos à Ordem em Bancos Centrais .....	25.175	26.726
	<hr/>	<hr/>
	29.997	32.003

b) DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	<b>Junho 2003</b>	<b>Junho 2002</b>
<b>Disponibilidades Sobre Instituições de Crédito no País</b>		
- Depósitos à Ordem .....	1.772	621.749
- Valores a Cobrar .....	8.062	8.397
- Outras Disponibilidades.....	-	-
	-----	-----
	9.834	630.146
<b>Disponibilidades Sobre Instituições de Crédito no Estrangeiro</b>		
- Depósitos à Ordem .....	1.812	2.348
- Valores a Cobrar .....	1.570	1.412
	-----	-----
	3.382	3.760
	-----	-----
Saldo Bruto	13.216	633.906
Provisões .....	-	-
	-----	-----
Saldo Líquido	13.216	633.906

c) OUTRAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica do Balanço contempla as participações no capital de empresas, no montante de 5.729 milhares de euros, cuja composição se apresenta da seguinte forma (valores em milhares de euros):

	<b>Junho 2003</b>		<b>Junho 2002</b>	
	Nºações	montante	Nºações	montante
S.I.B.S - Soc. Interbancária de Serviços, SA	68.957	308	68.957	308
UNICRE - Cartão Internacional de Crédito, SA	8.250	241	8.250	241
ATLÂNTICO CLUBE INT. FÉRIAS AÇORES	250	1	250	1
CABO TV AÇOREANA, S.A.	66.000	356	66.000	356
NORMA AÇORES- SOC EST. APOIO DES. REG., S.A.	10.000	50	10.000	50
TRANSINSULAR (AÇORES)- TRANS. M. INSUL.,S.A	2.000	11	2.000	11
SO GEO- SOC. GEOTERMICA DOS AÇORES, S.A.	24.529	122	24.529	122
S.W.I.F.T.	1	1	1	1
EURONEXT N.V.	103	-	19.553	17
BANIF & COMERCIAL DOS AÇORES INC	100.000	88	1.000	1
BANIF INFORMATION AND TECHNOLOGY LTD	10.000	10	10.000	10
BANIF AÇOR PENSÕES,SGFP, SA	40.000	240	40.000	240
COMPANHIA SEGUROS AÇOREANA,SA	1.020.000	4.301	1.020.000	4.301
BANIF BANCO INVESTIMENTOS,SA	-	-	400.000	2.000
COMERCIAL DOS AÇORES, INC., S.JOSÉ	100	-	100	-
		-----		-----
		5.729		7.659
Provisões		-----		-----
		4		51
		-----		-----
		5.725		7.608

## 5.5- Demonstração de Fluxos de Caixa em 30 de Junho de 2003

(milhares de euros)

	ANO	ANO ANTERIOR	
<b>1. Fluxos de Caixa da Actividade Operacional</b>			
<b>1.1. Resultado de Exploração</b>			
Lucro do exercício	3,415	3,728	
Provisões para riscos de crédito	2,359	5,325	
Outras provisões	1,880	-693	
Amortizações do exercício	1,351	1,311	
Impostos	1,398	1,015	
Perdas excepcionais, líquidas	469	844	<b>11,530</b>
	<b>10,872</b>		
<b>1.2 Variação nos Activos e Passivos Operacionais</b>			
Aplicações em outras instituições de crédito	769,329	-685,173	
Aplicações em títulos	-1,527	5,924	
Crédito a clientes	-86,535	-58,573	
Outros activos	-3,801	-488	
Contas de regularização activas	-521	74	
Recursos de outras instituições de crédito	-1,432,043	1,392,239	
Recursos de clientes	69,884	-22,446	
Outros passivos	-80	-2,645	<b>628,912</b>
<b>Total dos Fluxo da Actividade Operacional</b>	<b>-674,422</b>		<b>640,442</b>
<b>2. Fluxos de Caixa da Actividade Investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	-1,681	-1,458	
Venda de imobilizado	8	427	
Regularizações em Imobilizado	0	0	
Variação em participações financeiras	7	-1	
Mais valias obtidas na venda de imobilizado	28	441	<b>-591</b>
	<b>-1,638</b>		
<b>3. Fluxo de Caixa da Actividade de Financiamento</b>			
Dividendos distribuídos	-2,595	-1,557	
Utilização de provisões	-57	-421	
Reposição de provisões	-2,236	-2,383	
Ganhos excepcionais	-497	-1,285	
Impostos	-1,398	-1,015	
Aumento Capital	0	0	<b>-6,661</b>
	<b>-6,783</b>		<b>633,190</b>
<b>4. Fluxo de Caixa e Equivalentes</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período	726,057	32,719	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	43,214	665,909	
	<b>-682,843</b>		<b>633,190</b>

**5.6- Demonstração de Resultados por Funções  
em 30 de Junho de 2003**

(milhares de euros)

	ANO	ANO ANTERIOR
Margem Financeira	15,188	15,376
Provisões para riscos de crédito	657	1,912
Recuperações de crédito	595	313
<b>Margem de intermediação</b>	<b>15,126</b>	<b>13,777</b>
Comissões Líquidas	2,321	1,932
Outros Resultados de Exploração	1,612	1,427
<b>Margem de Serviços</b>	<b>3,933</b>	<b>3,359</b>
Rendimento de Títulos	464	347
Resultados consolidados metodo equivalencia patrimonial	0	0
Resultados de Operações Financeiras	389	1,346
Provisões para Depreciação de Títulos	1,237	345
<b>Margem da Função Investimento</b>	<b>-384</b>	<b>1,348</b>
Amortização do "Goodwill"	0	0
Outros custos	169	157
<b>Resultado antes dos Custos de Transformação</b>	<b>18,506</b>	<b>18,327</b>
Custos com o Pessoal	7,737	7,177
Outros Custos Administrativos	4,027	4,261
Amortizações	1,351	1,311
<b>Custos de Transformação</b>	<b>13,115</b>	<b>12,749</b>
<b>Resultado Operacional</b>	<b>5,391</b>	<b>5,578</b>
Outras Provisões	109	-9
Resultados na Alienação de Participações Financeiras	0	180
Outros Resultados Extraordinários	-469	-1,024
<b>Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários</b>	<b>4,813</b>	<b>4,743</b>
Impostos	1,398	1,015
Interesses Minoritários	0	0
<b>Resultado Líquido</b>	<b>3,415</b>	<b>3,728</b>
<b>Resultado por Acção (em euros)</b>	<b>0.33</b>	<b>0.36</b>
<b>Produto Bancário</b>	<b>20,569</b>	<b>20,741</b>

## **ANEXO**

### **1. OUTRAS INFORMAÇÕES**

#### **1.1. Informação sobre acções próprias**

Nos termos do n.º 2 do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais informa-se que o Banco Comercial dos Açores, S.A., (BCA) não detinha acções próprias em 30 de Junho de 2003, não se tendo verificado qualquer movimento dessas acções durante o período a que se refere o presente relatório semestral.

#### **1.2. Informação nos termos do artigo 7º n.º1 alínea b) do Regulamento n.º11/2000, da CMVM**

Informação sobre o número de valores mobiliários emitidos pelo BCA e por sociedades que com ele estejam em relação de domínio ou de grupo, detidos, adquiridos, onerados ou transmitidos por titulares dos órgãos sociais durante o período a que se refere o presente relatório, em conformidade com os elementos disponíveis na sociedade.

#### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

##### **Prof. Doutor José Manuel Monteiro da Silva**

Detinha, em 30/06/03, 150 acções do BCA.

##### **Dr. Eduardo da Silva Vieira**

Detinha, em 30/06/03, 8.749 acções do BCA, tendo adquirido, em 10/04/03, 190 acções ao preço unitário de €5,15 e 1.060 acções ao preço unitário de €5,27.

Detinha, em 30/06/03, 400 Obrigações de Caixa BCA 2002/2012.

##### **Dr. Carlos Alberto Costa Martins**

Detinha, em 30/06/03, 3.240 acções do BCA, tendo adquirido, em 10/04/03, 200 acções ao preço unitário de €5,15 e 1.060 acções ao preço unitário de €5,27.

Detinha, em 30/06/03, 3.070 acções da Banif S.G.P.S., S.A.

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

##### **Comendador Horácio da Silva Roque**

Detinha, em 30/06/03, 10.645 acções do BCA, tendo adquirido, em 10/04/03, 200 acções ao preço unitário de €5,15 e 3.130 acções ao preço unitário de €5,27.

Detinha, em 30/06/03, 124.656 acções da Banif S.G.P.S., S.A.

##### **Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos**

Detinha, em 30/06/03, 2.080 acções do BCA e 92.000 acções da Banif S.G.P.S., S.A.

##### **Dr. António Manuel Rocha Moreira**

Detinha, em 30/06/03, 600 acções do BCA e 6.666 acções da Banif S.G.P.S., S.A.

##### **Dr. Rui Manuel Silva Gomes do Amaral**

Detinha, em 30/06/03, 1.410 acções do BCA e 1.000 Obrigações de Caixa BCA 2002/2012.

**Dr. Carlos David Duarte Almeida**

Detinha, em 30/06/03, 579 acções do BCA e 20.000 acções da Banif S.G.P.S., S.A.

**CONSELHO FISCAL**

**Dr. Carlos Alberto Rosa**

Detinha, em 30/06/03, 3.310 acções do BCA, tendo adquirido, em 10/04/03, 200 acções ao preço unitário de €5,15 e 630 acções ao preço unitário de €5,27.

Detinha, em 30/06/03, 22.024 acções da Banif S.G.P.S., S.A.

Subscreveu, em 31/03/03, 20 Obrigações Banif SGPS 2003/2006, ao preço unitário de €1.000.

**Dr. José Pedro Lopes Trindade**

Detinha, em 30/06/03, 583 acções do BCA, tendo alienado, em 4/02/03, 4.920 acções ao preço unitário de €4,95.

**1.3. Informação nos termos do artigo 7º n.º1 alínea d) do Regulamento n.º11/2000, da CMVM**

Informação sobre os accionistas titulares de participações qualificadas no BCA, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, em conformidade com os elementos disponíveis na sociedade.

ACCIONISTAS	JUNHO DE 2003	
	N.º de acções	% direitos de voto
<b>Banif Comercial - SGPS, S.A.</b>		
(i) directamente	7.824.273	75,389
(ii) através dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Banif Comercial – SGPS, S.A.	13.904	0,134
(iii) através dos membros dos órgãos de administração e fiscalização do BCA.	5.983	0,058
(iv) através de sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Banif Comercial – SGPS, S.A. e respectivos membros dos órgãos de administração e fiscalização.	20.113	0,194
(v) através da Rentipar, SGPS, S.A., a quem são imputáveis 50,73% dos direitos de voto da Banif SGPS, S.A., (sociedade em relação de domínio ou grupo com a Banif Comercial – SGPS, S.A.), e sociedades em relação de domínio e de grupo com a Rentipar, SGPS, S.A. e os respectivos membros dos órgãos de administração e fiscalização.	19.608	0,189
(vi) através da Rentimedis – Mediação de Seguros, S.A., sociedade em relação de domínio ou de grupo com a Rentipar Indústria, SGPS, S.A., na qual o Comendador Horácio da Silva Roque exerce influência dominante	3.130	0,030
<b>Total Imputável (*)</b>	<b>7.887.011</b>	<b>75,995</b>
<b>Investaçor, SGPS, S.A.</b>		
- directamente	518.924	5
- através dos membros dos órgãos sociais da Investaçor, SGPS, S.A.	6.355	0,06
<b>Total Imputável</b>	<b>525.279</b>	<b>5,06</b>

(\*) Verificando-se a existência de membros comuns aos órgãos de administração e fiscalização das sociedades mencionadas em (ii), (iii), (iv) e (v), as acções do BCA por eles detidas são apenas consideradas uma vez para efeitos de imputação dos direitos de voto.

## **RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTRADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL**

### **INTRODUÇÃO**

1. Para efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de Revisão Limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 30 de Junho 2003, do **BANCO COMERCIAL DOS AÇORES, S.A.**, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (evidencia um total de 1.150.954 milhares de euros e um total de capital próprio de 82.557 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 3.415 milhares de euros) e nas Demonstrações de resultados por naturezas e funções e na Demonstração dos fluxos de caixa do período de seis meses findo naquela data, e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

### **RESPONSABILIDADES**

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade: (i) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (ii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iii) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

### **ÂMBITO**

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a

apresentação da informação financeira; e (v) se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

## **PARECER**

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2003, do **BANCO COMERCIAL DOS AÇORES, S.A.** não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 24 de Setembro de 2003

**ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.**

Inscrita com o N.º 9011 no Registo de Auditores da CMVM

Representada por:

Alfredo Guilherme da Silva Gândara